



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 033

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 27 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Waldir Leite

### Representação Partidária

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **Sem Partido** - 01: Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO**

<b>SESSÃO 033 .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de presenças.....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente:</b>	
Mensagens .....	03
Ofícios.....	04
Indicações .....	04
Requerimentos .....	05
Projetos de Lei .....	10
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Neivo Beraldin .....	16
Dep. Barbosa Neto .....	17
Dep. José Domingos Scarpellini ....	18
Dep. Elza Correia.....	19
Dep. Luiz Nishimori .....	20
Dep. Tadeu Veneri.....	22
Prof. José Lemos.....	22
<b>Grande Expediente</b>	
Dep. Neivo Beraldin .....	16
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PDT: Dep. Barbosa Neto.....	24
Liderança do PFL: Dep. Plauto Miró Guimarães .....	26
Liderança da Oposição: Dep. Valdir Rossoni.....	27
Liderança do Governo: Dep. Jocelito Canto .....	29
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	31
Discussão / Votação .....	31
1ª Discussão .....	31
2ª Discussão .....	32
Redação Final.....	36
Discussão Única .....	36
Requerimentos .....	39
<b>Ordem do Dia da próxima Sessão.....</b>	<b>41</b>
<b>Transcrições .....</b>	<b>41</b>

**033ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
27 DE ABRIL DE 2005**

*(quarta-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Barbosa Neto e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Elio Rusch, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (45). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Cleiton Kielse e Luiz Fernandes da Silva Litro (09).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.**

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

**O SR. 1º SECRETÁRIO**

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Mensagens**

MENSAGEM Nº 013/2005

Curitiba, 19 de abril de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para a elevada apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o imóvel constituído pelo lotes de terreno n°s 01 a 17, quadra 114 da Planta Geral da Cidade de Goioerê, com área total de 8.346,00m (oito mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados), pertencentes ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme matrícula nº 8.006, Livro 2, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê.

O plano de lei em referência atende elevados interesses da Administração e da coletividade, eis que, segundo dispositivo expressamente contido, a área em questão deverá ser utilizada pela COHAPAR exclusivamente para implantação de unidades habitacionais de interesse social, revertendo ao patrimônio estadual caso haja utilização para outras finalidades e, ainda, que ficará gravada com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

**ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar, à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, o imóvel constituído pelos lotes de terras números 01 a 17, Quadra 114 da Planta Geral da Cidade de Goioerê, com área total de 8.346,00 m (oito mil, trezentos e quarenta e seis metros quadrados), pertencente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme matrícula nº 8.006, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê, neste Estado.

Art. 2º - A área em questão deverá ser utilizada, exclusivamente, para a implantação de unidades habitacionais de interesse social, retornando ao patrimônio estadual, caso se comprove desvirtuamento em sua utilização, ficando tal imóvel gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**À Diretoria Legislativa.**

MENSAGEM Nº 014/2005

Curitiba, 19 de abril de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa. para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Secretaria de Estado de Obras Públicas e do Departamento de Construção, de Obras e Manutenção - DECON.

O plano de lei em referência reveste-se de elevado significado, eis que atende aos superiores interesses da Administração, porque consubstancia medida legal que contém evidentes e profundas repercussões de ordem científica e social.

Ao complementar a formação de profissionais recém egressos dos cursos de engenharia, arquitetura e urbanismo, e colocando em prática o conhecimento científico adquirido, direcionando-o para o setor de obras públicas, estes profissionais estarão contribuindo de forma efetiva no desenvolvimento e execução das obras civis do setor público, mediante a inserção de avanços tecnológicos, otimização de processos e racionalização de recursos; ao mesmo tempo, agregarão ao conhecimento essencialmente acadêmico, a implementação prática de novas tecnologias, informações e soluções típicas da construção civil no setor público.

Assim, a necessidade de, através da Secretaria de Estado de Obras Públicas, vir a concretizar-se em todo o Estado um programa com tais características, revela o quando a medida proposta é premente; se, de um lado a instituição de ensino superior, por exemplo a Universidade Federal do Paraná que dispõe do corpo docente e profissional formado laboratórios onde se desenvolvem tecnologia de ponta nas áreas dos mencionados cursos, de outro o Estado tem um profícuo campo de atuação, carente de ações técnicas adequadas para atender a permanente demanda do setor público, diariamente voltado para as ações dirigidas à sociedade.

Neste contexto, a interação de servidores com o jovem graduado, o referido curso e na atividade da residência técnica, reveste-se de grande relevância, pela possibilidade destes profissionais virem a reciclar-se, a agregar novos conhecimentos e a aplicá-los de forma imediata mediante ações técnicas em obras da administração pública.

Como visto a medida envolve a realização de um Curso, onde a tônica será a transferência e aplicação de novas tecnologias especificamente direcionadas para o setor público; no entanto, obviamente todo o processo pedagógico e de capacitação corre por conta da instituição de ensino superior, competindo ao Estado do Paraná - além do controle, fiscalização e orientação de campo, a fruição de todo o aparato científico especificamente direcionado para as suas ações de obras públicas - o desembolso dos recursos orçamentários já equacionados pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação

Geral e a recepção, equipagem e remuneração por bolsa do jovem recém-graduado.

Visando a consecução destes objetivos, diversas e demoradas etapas burocráticas já foram vencidas, conforme atestam estudos e análises feitas. Vale ressaltar terem sido orientados pela Procuradoria Geral do Estado os aspectos legais e jurídicos da matéria.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Programa de Residência Técnica no âmbito da Secretaria de Estado de Obras Públicas e Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM.

§ 1º O programa de que trata esta lei destina-se a graduados há no máximo 36 meses em cursos de nível superior e regularmente inscritos em cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas de engenharia e arquitetura.

§ 2º A finalidade do Programa é a de constituir instrumento pedagógico complementar a ser implementado em parceria com instituições de ensino superior durante a realização de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas áreas técnicas referidas no parágrafo primeiro.

§ 3º O ingresso no Programa está condicionado à aprovação em teste seletivo a ser realizado pela Secretaria de Estado de Obras Públicas, que poderá delegar esta competência às instituições de ensino superior conveniadas.

§ 4º Os residentes realizarão atividades de ordem prática junto à Secretaria de Estado de Obras Públicas, exercendo funções correlatas à respectiva formação profissional.

Art. 2º Fica autorizado o Poder Executivo a firmar convênio com instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com o objetivo de estabelecer as parcerias necessárias à implementação do Programa.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir bolsa-residência, a título de *pro-labore* aos participantes do Programa, cujo valor não poderá ultrapassar o piso salarial profissional definido pelo respectivo órgão de classe.

Parágrafo Único. Os recursos financeiros necessários para a manutenção do Programa e pagamento da bolsa-residência a que se refere esta lei, serão provenientes do Fundo Paraná, gerido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, dos demais órgãos integrados ao Programa, ou do orçamento próprio da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Art. 4º A atividade dos residentes não poderão exceder a 30 horas semanais, por um prazo máximo de 36 meses.

Parágrafo Único - A duração da residência técnica não poderá exceder o prazo de duração do respectivo curso de pós-graduação.

Art. 5º A Secretaria de Estado de Obras Públicas poderá manter o Programa até 60 (sessenta) residentes por ano, de acordo com a efetiva capacidade administrativa e financeira do órgão.

Art. 6º A participação no Programa na qualidade de residente não gera qualquer vínculo jurídico permanente ou direito de ordem trabalhista ou estatutária em relação ao Estado do Paraná.

Art. 7º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias.

**À Diretoria Legislativa.**

### Ofícios

Sob o nº 048/2005, da Sra. Daysi Lúcia Ramos de Andrade, Diretora do Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, encaminhando prestação de contas, referente a 2004. **Ao conhecimento da Casa.**

### Indicação

#### INDICAÇÃO Nº 014/2005

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi.

O Deputado Estadual do Paraná Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exas. para expor e reivindicar o que segue:

I - que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga o Município de Palmital ao Município de Mato Rico, com extensão de dezoito quilômetros.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### JUSTIFICATIVA:

Tal pedido tem como base a reivindicação do Poder Legislativo dos Municípios de Palmital e Laranjal e tem como argumento principal o grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região que acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente, a pavimentação de o referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar muitos municípios.

Os municípios não possuem condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista os proble-

mas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de dezoito quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, as localidades possuirão um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por consequência, também uma maior arrecadação estadual.

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 1098**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER preferência de votação para o Substitutivo Geral da CCJ às Emendas de Plenário apresentado ao Projeto de Lei nº 543/2003.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### **REQUERIMENTO Nº 1099**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER preferência de votação para a Emenda Substitutiva Geral de Plenário apresentada ao Projeto de Lei nº 040/2005.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### **REQUERIMENTO Nº 1100**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final aos projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

### **REQUERIMENTO Nº 1110-A**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão, votando primeiramente o Projeto de Resolução nº 004/2005, item 16.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

### **REQUERIMENTO Nº 1108**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje o Projeto de Lei nº 114/2005, que autoriza a transferência de recursos pro-

venientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o Orçamento Próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, por 01 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

### **REQUERIMENTO Nº 1097**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária (Proposições de Veto: 003/05, 004/05, 028/05 e 033/05 respectivamente).

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

### **REQUERIMENTO Nº 1077**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 28 de abril (quarta-feira), para logo após o término da Sessão Ordinária de terça-feira.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

### **REQUERIMENTO Nº 1078**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER autorização desta Casa para representar a Assembléia Legislativa na audiência com o Ministro dos Transportes, Sr. Alfredo Pereira do Nascimento, e Secretário dos Transportes do Paraná, Sr. Waldyr Pugliesi, onde serão discutidos assuntos de interesse do Estado, no próximo dia 27 de abril, em Brasília.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) ELTON CARLOS WELTER

### **REQUERIMENTO Nº 1091**

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, o adiante nominado Deputado com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa a designação de missão oficial para o signatário representar a Assembléia Legislativa do Paraná, nos dias 09, 10 e 11 de maio (segunda, terça e quarta-feira), quando estará participando das comemorações do 58º aniversário da Cidade de Maringá, dos 35 anos de fundação da UEM - Universidade Estadual de Maringá e também participando da XXXIII EXPOINGÁ, Feira Agropecuária de Maringá (sem ônus para a Assembléia Legislativa).

Requer, outrossim, seja feita a justificativa de falta às Sessões Ordinárias e Extraordinárias previstas para aquelas datas.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

# REQUERIMENTO Nº 1085

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 110/2005, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) HERMAS BRANDÃO

# REQUERIMENTO Nº 1104

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja marcada Sessão Solene para entrega do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Mussa José Assis, conforme Lei nº 14.389 sancionada em 12 de maio de 2004, para o próximo dia 08 de agosto de 2005, às 17 horas.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

# REQUERIMENTO Nº 1086

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, COMUNICA esta Presidência e aos demais Pares desta Casa de Leis, a sua desfiliação do PSL - Partido Social Liberal, a partir do dia 26 de abril de 2005, conforme cópia de ofício protocolado no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, anexo ao presente.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Curitiba, 26 de abril de 2005.

Exmo. Sr.

Juiz Eleitoral da 178ª Zona Eleitoral

Nesta Capital

Senhor Juiz:

Atendendo a legislação em vigor, venho através do presente, comunicar V. Exa. da minha desfiliação partidária do PSL - Partido Social Liberal, a partir desta data, conforme determina a Lei 9096/95, artigo 22, parágrafo único. Informo também que enviarei ao Diretório Nacional cópia protocolada desta comunicação.

Sem mais, no aguardo de suas providências, apresento protestos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(a) LUIZ CARLOS MARTINS GONÇALVES

T.E. nº 7880006/71 - Zona: 178 - Seção: 19

# REQUERIMENTO Nº 1090

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Deputado Federal por São Paulo, Sr.

Paulo Kobayashi, ocorrido no dia 26 de abril do ano de curso.

Requer ainda que seja dado ciência à família enlutada, através da Presidência da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) LUIZ NISHIMORI

JUSTIFICATIVA:

O Deputado Paulo Kobayashi, nascido em Ribeirão Pires, na grande São Paulo, no dia 30 de junho de 1945, foi professor de geografia do Colégio Objetivo. Formado pela PUC em Geografia e Psicologia da Educação. Começou na vida pública em 1975, quando elegeu-se Deputado Estadual pela ARENA.

Em 1983, elegeu-se Deputado Federal pelo PMDB.

Em 1992, elegeu-se Vereador em São Paulo pelo PSDB.

Em 1993 e 1995 presidiu a Câmara de Vereadores de São Paulo.

Em 1995 elegeu-se Deputado Estadual e presidiu a Assembléia Legislativa de São Paulo.

Em 1999 elegeu-se Deputado Federal e, quando morreu, cumpria seu segundo mandato no cargo.

# REQUERIMENTO Nº 1105

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Agenor Carvalho, falecido na data de 29/03/2005.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 65 anos de idade, faleceu no último dia 29 de março, nosso companheiro e amigo fiel Agenor Carvalho.

O Sr. Agenor veio para Palmas no ano de 1964, para então contrair matrimônio com a Sra. Alice Barra-barra, a qual deixou viúva e também dois filhos, Sandra B. Carvalho e Fernando B. Carvalho.

No ano de 1967, montou o Bar Toca da Onça, o qual foi, sem dúvida, sua vida.

Neste bar o Sr. Agenor fez sua história no Município de Palmas, ali ficou conhecido como "Agenor Toca da Onça". Apaixonado por futebol, torcedor do Grêmio, e também um apaixonado por política, tanto que foi um dos primeiros partidários no antigo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), atual PMDB. E por este Partido fôra no ano de 1976 proclamado suplente de Vereador da Câmara Municipal, sempre esteve presente na política daquele município contribuindo com a democracia e com a população.

O passamento do empresário Agenor Carvalho, veio abrir enorme lacuna no seio da família, pois deixou

viúva a Sra. Alice e dois filhos, bem como a tristeza entre seus amigos e companheiros, dentre eles este Deputado.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante não respeita nem fracos nem fortes. Por isso caiu o prezado e fiel amigo Agenor Carvalho. Leva consigo entretanto a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever aqui na terra.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça achando que o bem sempre supera o mal.

Permanecemos, porém, fiéis à sua memória e os seus exemplos e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na luta pelo bem-estar de nossa gente.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa pois, valente lutador.

Aceite a saudade dos seus entes queridos e dos seus amigos, que com lágrimas nos olhos afirmam que pode repousar tranqüilo, que tudo farão para que sua obra na sociedade permaneça para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e de coração.

#### REQUERIMENTO Nº 1088

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pelo 23º aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Santa Terezinha de Itaipu, a ser comemorado no período de 29 de abril a 03 de maio do corrente ano.

Requer ainda, que do presente se dê ciência aos Ilmos. Srs. Cláudio Eberhard, Argel Redivo e Pedro Benedet Netto, respectivamente Prefeito, Vice-Prefeito e Presidente da Câmara do Município de Santa Terezinha de Itaipu / PR.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1089

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações pela 4ª Festa do Costelão de Palmitolândia, que se realizará no próximo dia 01 de maio do corrente ano, no Município de Tupãssi.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Exmo. Sr. Vice-Prefeito e Coordenador da Festa, José Carlos Mariussi, naquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 1092

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao Tenente Edvaldo Izidoro Vieira, Comandante da 3ª Companhia da Polícia Militar e demais membros da Corporação, pelos relevantes trabalhos prestados a Assaí e aos Municípios da região, que vêm na ação da corporação a segurança esperada e a confiança do trabalho bem desenvolvido.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

O requerimento em apreço justifica-se face ao excelente trabalho que a 3ª Companhia vem realizando nos Municípios da região, em um momento em que uma das maiores preocupações é a segurança dos cidadãos.

#### REQUERIMENTO Nº 1106

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao bailarino da Escola de Dança Teatro Guaíra, Arthur Julien Kowalski Louarti, pela conquista do 7º lugar na competição internacional Youth American Grand Prix, de New York, bolsa de estudo para o curso de verão da Royal Academy of Dance School e a professora Patrícia Otto, que fez sua adaptação coreográfica e ensaio.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Centro Cultural Teatro Guaíra no endereço: Rua XV de Novembro, 971 - CEP 80060-000 - Curitiba / Paraná.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma competição onde são oferecidos, além de prêmios, bolsas de estudo para as mais diversas escolas de dança do mundo. O evento acontece anualmente em New York e é aberta a estudantes de dança de todas as nacionalidades com idade entre 9 e 19 anos. O concurso foi criado por Larissa e Gannadi Saveliyev, dois grandes bailarinos do Ballet Boshoi (Rússia), com o objetivo de proporcionar a jovens estudantes a oportunidade de estudar com grandes nomes da dança e, a partir daí, dar continuidade às suas carreiras como bailarinos.

Os alunos que participam do YAGP têm a oportunidade de receber um contrato com o American Ballet Theatre Company, bolsas de estudo em escolas dos Estados Unidos e Europa, dançar ao lado de grandes nomes da dança e participar de workshops com renomados mestres. Desde a sua criação em 2000, o Youth American Grand Prix é considerado, internacionalmente, como um dos melhores eventos para estudantes e professores de

dança, onde é possível trocar experiências e aprender um pouco mais sobre o ballet e a dança contemporânea.

Diante da trajetória, cabe à Assembléia Legislativa do Paraná homenagear esse bailarino e sua professora Patrícia Otto, que representaram nosso Estado e País de forma brilhante.

#### REQUERIMENTO Nº 1107

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de votos de congratulações ao bailarino da Escola de Dança Teatro Guaíra Daniel Camargo, pela conquista da medalha de prata na competição internacional Youth American Grand Prix, de New York, bolsa de estudo para o curso de verão do American Ballet Theatre em New York e Harid Conservatory na Flórida e bolsa de estudo anual para a escola de Stuttgart Ballet na Alemanha e a professora Patrícia Otto, que fez sua adaptação coreográfica e ensaio.

Nestes termos pede deferimento, solicitando o envio de cópia ao Centro Cultural Teatro Guaíra no endereço: Rua XV de Novembro, 971 - CEP 80.060-000 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de uma competição onde são oferecidos, além de prêmios, bolsas de estudo para as mais diversas escolas de dança do mundo. O evento acontece anualmente em New York e é aberta a estudantes de dança de todas as nacionalidades com idade entre 9 e 19 anos. O concurso foi criado por Larissa e Gannadi Saveliev, dois grandes bailarinos do Ballet Boshoi (Rússia), com o objetivo de proporcionar a jovens estudantes a oportunidade de estudar com grandes nomes da dança e, e partir daí, dar continuidade às suas carreiras como bailarinos.

Os alunos que participam do YAGP têm a oportunidade de receber um contrato com o American Ballet Theatre Company, bolsas de estudo em escolas dos Estados Unidos e Europa, dançar ao lado de grandes nomes da dança e participar de workshops com renomados mestres. Desde a sua criação em 2000, o Youth American Grand Prix é considerado, internacionalmente, como um dos melhores eventos para estudantes e professores de dança, onde é possível trocar experiências e aprender um pouco mais sobre o ballet e a dança contemporânea.

Diante da trajetória, cabe à Assembléia Legislativa do Paraná homenagear esse bailarino e sua professora Patrícia Otto, que representaram nosso Estado e País de forma brilhante.

#### REQUERIMENTO Nº 1093

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações

nos Anais desta Casa ao Dr. José Tortato Sobrinho, pelos seus excelentes serviços prestados na área jurídica à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 1094

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, inserção de aplausos e congratulações nos Anais desta Casa a Clear Phone, na pessoa do Diretor-Presidente, Oliveiros Paz King, pelos relevantes serviços prestados aos seus clientes.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 1076

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Lourivaldo Minelli.

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1110

Senhor Presidente:

O Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, vem declarar adesão à Campanha da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE, pela conversão da dívida externa em recursos para educação.

Ilegítima e impagável, a dívida externa é responsável por uma sangria de recursos que penaliza a população brasileira e impede investimentos na área social. Os recursos constitucionais (mínimo de 25% para Estados e Municípios e 18% para a União) são uma garantia elementar. O percentual do PIB, que o Plano Nacional de Educação fixava em 7% está muito longe do que se aplica hoje: 4,5%. Além disso, há retenção de recursos, como no caso da desvinculação de recursos da União, que desonera em 20% os valores vinculados.

Requeremos que o Governo Federal tome uma atitude corajosa perante os organismos internacionais, resgatando a verdadeira dívida que os governos vêm contraindo com a educação.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) TADEU VENERI

#### REQUERIMENTO Nº 1074

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,



REQUER à Mesa seja oficiado ao Sr. Manoel Victor de Azevedo Neto, Coordenador-Geral de Planejamento Normativo e Estratégico do Sistema Nacional de Trânsito, solicitando estudos para revisão da norma que proíbe aos amputados de um dos membros inferiores, já reabilitados, de exercerem a profissão de motorista, de forma remunerada, uma vez que os mesmos continuam sendo motoristas de carros adaptados.

Os amputados de um dos membros inferiores, já reabilitados, querem o direito de conduzir, de forma remunerada, veículos com lotação acima de dez pessoas (vans).

Consideram injusto a restrição da habilitação somente para carros de passeio. Gera indignação entre os amputados a falta de habilitação profissional, pois julgam não existir argumento para justificar esse fato.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1075

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania, Exmo. Sr. Aldo José Parzianello, solicitando informações sobre o destino de aproximadamente 1.100 Agentes de Disciplina das Casas de Custódia e Penitenciárias do Estado do Paraná após a convocação dos que passaram no concurso público, bem como se os mesmo serão aproveitados pelo atual sistema carcerário.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1079

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Beltrão de Almeida, Diretor Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Brasilândia do Sul.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Brasilândia do Sul, Sr. Luiz Bart Moretti (Brasilândia do Sul - Paraná - CEP: 87595-000), bem como para a Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Maria Auxiliadora Medeiros. (Câmara Municipal - CEP: 87595-000).

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1081

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Marcelo Bel-

trão de Almeida, Diretor Geral do DETRAN, solicitando estudos no sentido de viabilizar a liberação de sinalização de trânsito nas vias urbanas, no Município de Cidade Gaúcha.

Do aprovado, requer ainda seja comunicada ao Prefeito Municipal de Cida Gaúcha, Sr. Vitor Manoel Alcobia Leitão (Cidade Gaúcha - Paraná - CEP: 87820-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Claudeni Pereira Leal. (Câmara Municipal - CEP: 87820-000).

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1080

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Delazari, DD Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando estudos no sentido de viabilizar a implantação da Patrulha Escolar, nos estabelecimentos de ensino do Município de Ibaiti.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao Prefeito Municipal de Ibaiti, Sr. Luiz Carlos dos Santos (Ibaiti/PR - CEP: 84900-000), bem como para o Presidente da Câmara Municipal, Vereador Paulo Sergio Costa de Souza. (Câmara Municipal - CEP: 84900-000).

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1101

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido de moradores do Bairro Portão, que pedem policiamento ostensivo na Avenida Kennedy, cruzamento com a Rua Lourival Portela Natel. Nesse cruzamento ocorrem vários assaltos diariamente, o policiamento é solicitado e não comparece.

Os moradores estão apavorados e pedem urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1102

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido de moradores do Bairro Capão Raso e usuários do Terminal do Portão, que pedem policiamento ostensivo nesse terminal devido o grande número de assaltos que acontecem mesmo.

Há muitos marginais que ficam apavorando as pessoas, ficando cada vez mais difícil andar de ônibus.

A situação é muito crítica e perigosa, necessitando urgentemente de policiamento local.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 1095

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente REQUERER que seja incluída na íntegra, a entrevista que segue anexa, do empresário Jorge Gerdau Johannpeter, nos Anais desta Casa de Leis, pela importante visão deste, quanto à evolução da economia brasileira.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) NEIVO BERALDIN

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 226/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica criado o Programa de Água de Chuva, nos termos desta lei, objetivando a captação, armazenamento e utilização das águas pluviais pelas edificações públicas do Estado do Paraná.

Art. 2º Todos os prédios, de propriedade do Estado, serão submetidos a adequações, visando à realização das seguintes ações:

I - instalação de caixas de água, com tampa parcialmente removível, coletoras e armazenadoras à precipitação atmosférica;

II - instalação de calhas adaptadas e outros condutores, convergentes às caixas coletoras a que se refere o inciso anterior;

III - adaptação, às caixas coletoras, de sistema que libere o excesso de água acumulada para as galerias de águas pluviais.

§ 1º Cada edificação conterà uma caixa de água destinada unicamente ao armazenamento de água pluvial.

§ 2º A água coletada será utilizada em atividade que dispensem o uso de água tratada.

Art. 3º As despesas resultantes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

O problema da falta de água é gravíssimo em todo o Planeta. Até mesmo o Brasil, País rico em recursos hídricos, sente as terríveis conseqüências da carência de água: falta água para a produção energética, falta água para o abastecimento das residências em várias regiões, não há água tratada suficiente para todos, entre outras.

Por outro lado, muitas vezes a água vem em excesso, causando enchentes as quais provocam situações de calamidade pública, com destruição de lares, disseminação de doenças, congestionamentos, mortes e outros prejuízos morais e materiais.

É preciso encontrar um meio de solucionar essas questões que atingem a todos, indiscriminadamente.

A construção dos chamados piscinões em alguns bairros da capital paulista e em regiões do ABCD atenuaram o problema das enchentes, ao evitar que o grande fluxo das águas das chuvas sobrecarregassem a capacidade de escoamento de galerias, córregos e rios. Porém, os piscinões são de alto custo, armazenam resíduos e bactérias e a sua água não é aproveitável para o consumo.

Para se resolver tanto o problema da falta como o de excesso de água é que se propõe o Programa de Captação de Água de Chuva. A instalação de caixas de água com tampas removíveis seria responsável pela retenção de parte considerável da água das chuvas. Essa água, que iria provocar enchentes e encharcar ruas e calçadas, poderia ser armazenada para futura utilização em atividades que dispensam o uso de água tratada, como por exemplo nas descargas de vasos sanitários e na limpeza de pisos e calçadas.

O aproveitamento das águas pluviais poderia ser aumentado direcionando-se calhas e pingadeiras para um escoadouro comum, finalizando numa caixa coletora e armazenadora da precipitação atmosférica. O excesso de água nas caixas seria liberado, por meio de um dispositivo, para as galerias de águas pluviais. Os beneficiados pelo Programa também participariam cuidando da higienização das caixas d'água.

Estudos revelam que a retenção de água nessas caixas pode até mesmo evitar alguns alagamentos e enchentes, sem contar o inestimável benefício que provocam ao evitar o desperdício de água, propiciando sua utilização posterior em pequenas atividades.

Desta forma, verificando-se que a água é o bem mais precioso para a humanidade neste milênio e tendo em vista a grande repercussão social de ações que visam ao uso racional e econômico da água, pleiteamos a aprovação do presente projeto de lei, contando com o apoio da população e dos nobres Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 227/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o documento de identificação da pessoa com deficiência e doença crônica permanente.

Art. 2º O documento que trata o artigo anterior será expedido por órgão competente, com base nos cadastros existentes do Registro Geral Civil a título de comprovação de cada deficiência ou doença para usufruir dos benefícios decorrentes das leis, atuais e vindouras, no âmbito do Estado de São Paulo.

Art. 3º A Cédula de Identidade da pessoa portadora de deficiência seguirá os padrões da cédula de identidade comum, o registro geral, acrescida da seguinte inscrição: PPD (pessoa portadora de deficiência) ou PPDV (pessoa portadora de doença crônica) classificando em determinada CATEGORIA, com destaque, atendendo as especificações da legenda abaixo, observando-se o enquadramento e as definições previstos no Decreto Federal nº 5296 de 2004 e demais leis em vigor:

- I - Categoria (A), Portador de deficiência auditiva;
- II - Categoria (C), Portador de doença crônica;
- III - Categoria (F), Portador de deficiência física;
- IV - Categoria (M), Portador de deficiência mental;
- V - Categoria (Mu), Portador de deficiências múltiplas;
- VI - Categoria (V), Portador de deficiência visual.

Art. 4º O Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, exigirá a devida comprovação, por meio de laudo médico expedido pelo SUS, especificando o tipo de deficiência com o Código Internacional de Doença - CID, se permanente ou temporária, bem como a real necessidade de acompanhante em suas atividades extrarresidenciais de acordo com o grau de dependência nas tarefas cotidianas.

Parágrafo Único. Em caso de real necessidade de acompanhante durante as atividades externas, a referida cédula de identidade conterá a informação: "direito a acompanhante", a fim de garantir a fruição de seus benefícios discriminados nas leis pertinentes.

Art. 5º As despesas decorrentes na aplicação desta lei, no corrente exercício, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias e suplementares, caso necessário.

Art. 6º Para emissão do presente documento de identificação, o interessado deverá providenciar, junto aos Órgãos designados pelo Executivo, o laudo médico estipulado no artigo 4º e encaminhá-lo ao órgãos de identificação, com documento de identidade atual ou certidão de nascimento.

Art. 7º - Todos os benefícios decorrentes da legislação em vigor que se destinem às pessoas portadoras de deficiência terão validade mediante a apresentação da cédula de identidade em concordância com esta lei, sendo dispensado qualquer outro documento ou comprovação de deficiência.

§ 1º A partir da data de vigência desta lei o Poder Executivo fará implantar a presente de modo a garantir a emissão de novo documento, através de campanhas de divulgação.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Sabemos que a legislação prevê o bem-estar das pessoas portadoras de deficiência, porém, constatamos que ainda há necessidade de acionar mecanismos capazes de complementar essa visão dos poderes.

A ONU - Organização das Nações Unidas elaborou a Resolução 1.542/85, abrangendo todos os direitos das PPD - Pessoas Portadoras de Deficiência, delegando a cada Nação, criar mecanismos legais para implantação das normas, o que no Brasil, devemos reconhecer, existem esforços sendo realizados em todos os níveis dos Legislativos e dos Executivos.

A proposição visa garantir o acesso aos direitos e benefícios previstos em lei da PPD, sem, de forma alguma, com essa identificação, fazer qualquer tipo de discriminação, e sim, estabelecer, segundo critérios médicos e legais, quem está realmente apto a ser tratado de forma especial, prioritária e estritamente necessária, para a partir daí adequar toda legislação, com respeito a seus respectivos autores, de forma clara e com o amplo conhecimento de toda sociedade.

A sociedade, de um modo geral, trata a PPD, os doentes e os idosos, como "pobres coitados", uns necessitados", precisamos acabar com essa imagem e incutir o conceito principal da Declaração de Madri que visa inserir o deficiente na sociedade como um cidadão, com os mesmos direitos humanos e sociais de todos os demais cidadãos, como de fato o é, pagador de impostos, consumidor de produtos e serviços e inclusive detentor de direitos políticos, dentre todos os outros e mais alguns, por efetiva necessidade.

Pelo exposto, solicitamos, com a devida vênia, aos egrégios Deputados e Deputadas, a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 228/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As lanchonetes e similares, instaladas nas escolas de ensino fundamental e médio, particulares e da rede pública, deverão seguir padrões técnicos de qualidade nutricional que assegurem a saúde dos consumidores, de modo a prevenir a obesidade, diabetes, hipertensão, problemas do aparelho digestivo e outros.

Art. 2º É vedada a comercialização de alimentos e bebidas de alto teor de gorduras e açúcares, ou contendo em suas composições substâncias químicas sintéticas ou naturais, que possam ser inconvenientes à boa saúde, segundo critérios técnicos, tais como os seguintes produtos:

- I - balas, pirulitos e gomas de mascar;
  - II - chocolates, doces à base de goma, caramelos;
  - III - refrigerantes, sucos naturais, refrescos a base de pó industrializado;
  - IV - salgadinhos industrializados, biscoitos recheados;
  - V - salgados e doces fritos;
  - VI - pipocas industrializadas;
  - VII - alimentos com mais de 3g (três gramas) de gordura em 100 kcal (cem kilocalorias) do produto;
  - VIII - alimentos com mais de 160mg (cento e sessenta miligramas) de sódio em 100 kcal (cem kilocalorias) do produto;
  - IX - alimentos que contenham corantes e antioxidantes artificiais.
  - X - alimentos sem a identificação de origem, composição nutricional e prazo de validade.
- Parágrafo Único. Ficam liberados para o consumo, dentre outros, observadas as restrições desta lei, nos estabelecimentos de que trata, os seguintes itens:
- 01 - pães em geral, pão de batata, pão de queijo, pão de mel, pão doce recheado com frutas ou geléia;
  - 02 - bolacha “Maria”; biscoito de maizena, “cream cracker”, água e sal, de polvilho, biscoito doce sem recheio;
  - 03 - bolos de massa simples com recheio de frutas, geléias e legumes;
  - 04 - cereais integrais em flocos ou em barras;
  - 05 - pipoca natural sem gordura;
  - 06 - frutas *in natura* ou secas;
  - 07 - picolé de frutas;
  - 08 - queijo branco, ricota;
  - 09 - frango, peito de peru;
  - 10 - atum, ovo cozido, requeijão;
  - 11 - pasta de soja;

- 12 - legumes e verduras;
- 13 - manteiga, margarina;
- 14 - creme vegetal;
- 15 - salgadinhos assados, com pouco teor de gordura;
- 16 - suco de frutas naturais;
- 17 - bebidas lácteas, leite fermentado, achocolatados;
- 18 - iogurte;
- 19 - água de coco;
- 20 - chá, mate, café.

Art. 3º As lanchonetes e similares instaladas em escolas deverão garantir a qualidade, higiene e o equilíbrio nutricional dos produtos comercializados.

Art. 4º Um mural de 1 m<sup>2</sup> (um metro quadrado) deverá ser fixado em local visível, nos estabelecimentos de que trata esta lei, para divulgar informações sobre a qualidade nutricional dos alimentos e demais aspectos de uma alimentação equilibrada e saudável.

Art. 5º Os estabelecimentos de que trata esta lei funcionará mediante a expedição de alvarás específicos da Vigilância Sanitária e da Secretaria da Educação.

Art. 6º Os estabelecimentos já existentes terão um prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem aos critérios dispostos nesta lei.

Art. 7º O desrespeito a esta lei acarretará ao estabelecimento infrator e a seus responsáveis legais, obrigando-os solidariamente, às seguintes penalidades:

I - advertência e intimação para adequar-se aos dispositivos desta lei, no prazo de 05 (cinco) dias;

III - multa será no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), na hipótese de não ser atendida a intimação de que trata o inciso I, a ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias;

II - fechamento do estabelecimento, e proibição de seus responsáveis legais ao exercício do mesmo ramo de atividade, na hipótese de reincidência.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta lei, quanto à sua aplicação, inclusive aperfeiçoando a lista de alimentos liberados para o consumo constante do parágrafo único do artigo 2º, de acordo com os critérios técnicos que a fundamentam.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

É cada vez mais preocupante o estágio em que se encontra a sociedade de consumo. As transformações sociais que levam a hábitos alimentares de risco espa-

lham perigos incontornáveis e medidas urgentes se tornam necessárias. Propagandas e Indústrias alimentícias eficientes são apontadas como responsáveis pelo aumento da obesidade infantil em todo o mundo. Contra esse mal devem se aliar Parlamentares, medicina e administradores comprometidos com a vida saudável.

Relatório da organização Mundial da Saúde sobre dieta alimentar, nutrição e prevenção de doenças crônicas revela que problemas cardiovasculares, diabetes, cânceres e obesidade já não são exclusivos de países ricos e que a ocorrência dessas doenças se dá na infância ou na vida adulta e tem relação direta com hábitos alimentares e sedentarismo.

A escola é ambiente adequado de aplicação de medidas que visem consolidar atitudes favoráveis à preservação da saúde. A promoção de alimentação saudável na escola inclui o papel educativo de se contrapor às informações que bombardeiam as crianças pelos meios de comunicação, seja porque nossa tradição alimentar deva ser valorizada, seja porque os hábitos saudáveis devam ser promovidos.

A sociedade brasileira já avançou quando regulamentou a necessidade de veiculação de informações nutricionais nos rótulos dos produtos alimentares. Há porém, duas importantes questões que dificultam a escolha do consumidor. De um lado, o consumidor não é bem informado sobre o que é alimentação saudável e, conseqüentemente, não é capaz de discernir o que é relevante nas informações dos rótulos. Por outro lado, é bombardeado com apelos publicitários que motiva o consumo de produtos por razões que não incluem seu valor nutricional.

É importante que o responsável pela cantina, elemento integrante da comunidade escolar esteja engajado nesse movimento de mudança de hábitos. Ele deve ser capacitado para compreender o alcance das modificações propostas e para enfrentar o novo desafio que é vender novos produtos. Deverá saber prepará-los e saber vendê-los utilizando-se de bons argumentos de convencimento de sua clientela.

São estas razões que fundamentam o presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 229/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizado o Governo do Estado, a implantar o Programa de Conscientização e Educação no Trânsito, no Estado do Paraná.

Art. 2º O Programa que trata a presente lei, visa conscientizar os motoristas, e disciplinar as atuações através de equipamentos eletrônicos (radares), instituindo notificações e penas educativas.

§ 1º As notificações serão utilizadas na primeira infração e oficiadas ao proprietário do veículo.

I - O proprietário receberá uma notificação contendo todos os dados da infração, juntamente com uma correspondência de advertência.

a) A correspondência de advertência será acompanhada de estatísticas de acidentes e mortes no trânsito, e de um questionário, que será elaborado pelo órgão competente, com questões referente direção defensiva, placas de sinalização, infrações de trânsito, penalidades.

b) Esse questionário deverá ser protocolado junto ao órgão de trânsito oficial, juntamente com os documentos de identificação do motorista/conductor.

§ 2º As penas educativas serão aplicadas na segunda infração e oficiadas ao proprietário do veículo.

a) O proprietário receberá a notificação da segunda infração, juntamente com um convite para comparecer ao órgão responsável de trânsito, acompanhado do motorista/conductor do veículo, em data e horário pré-determinados, para assistir a palestras e campanhas educativas de trânsito.

§ 3º As multas somente serão aplicadas na terceira infração, e oficiadas ao proprietário do veículo.

Art. 3º As despesas decorrentes da implantação e manutenção do programa de que trata esta lei, serão oriundos do DETRAN-PR.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

**JUSTIFICATIVA:**

O presente projeto de lei tem guarida no Código de Trânsito Brasileiro, através de seu artigo 267. Da forma como está redigido este artigo, além de dificilmente produzir os efeitos desejados, pode vir a causar algumas distorções, as quais passaremos a expor e pretendemos sanar com este projeto.

Na situação atual, na esmagadora maioria das vezes o condutor, mesmo não reincidente, não usufrui do benefício de substituição da multa relativa ao cometimento de uma infração de natureza leve ou média pela advertência por escrito, pelo simples fato de não saber como requerer a vantagem, visto que o CTB não especifica claramente quais seriam as vias para essa solicitação, ou mesmo do excessivo trâmite burocrático para realização de tal ato.

Com a alteração que propomos todo o processo seria mais simples e seguro. Na primeira infração do condutor, ele será notificado e receberá, por escrito, informações sobre os acidentes de trânsito, o número de vítimas, as conseqüências da irresponsabilidade de alguns motoristas e os danos causados a terceiros, além de um questionário que tem como objetivo “lembrá-lo” do que aprendeu na Auto Escola, e conscientizá-lo de sua responsabilidade civil e criminal.

Na segunda infração, o condutor será “convidado” a estar pessoalmente perante a autoridade de trânsito,

para participar de palestra, campanhas educativas de trânsito, e, se possível, a critério da autoridade de trânsito, realizar visitas em hospitais de pronto atendimento, para ver *in loco*, os efeitos maléficos causados a terceiros, pela imprudência e falta de responsabilidade de alguns motoristas.

Entendemos que essa medida vem beneficiar os condutores disciplinados que raramente cometem infrações, e evitar que sejam premiados infratores contumazes.

Pelas razões expostas, solicitamos o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 230/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica autorizada a entrada e permanência de animais acompanhantes em locais públicos, meio de transportes ou em qualquer estabelecimentos comerciais, industrial, de serviço ou de promoção, proteção e recuperação da saúde, desde que observadas as condições impostas por este projeto de lei e seu regulamento, e, bem assim, as condições a que estes animais quando no desempenho da sua missão.

§ 1º Animais de acompanhantes são cães cuja característica é auxiliar no tratamento de enfermidades psicológicas (stress, solidão, depressões). E pessoas que possuem deficientes visuais que são auxiliados por cães treinados para fazer sua locomoção (cão-guia).

§ 2º Cães-guias são animais portadores de certificado de habilidade fornecido por uma escola filiada à Federação Internacional de Escola de Cães-Guia e que esteja a serviço de uma pessoa portadora de deficiência dependente dele ou que se encontre em estágio de treinamento.

§ 3º Local público é aquele aberto e utilizado pela sociedade, com acesso gratuito ou mediante pagamento de taxa de ingresso.

§ 4º Estabelecimentos são propriedades privadas sujeitas ao cumprimento das normas e posturas municipais e estaduais.

Art. 2º Os recintos e edificações mencionados no artigo 1º são:

I - estabelecimentos de saúde pública ou privada tais como: hospitais, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

a) estes estabelecimentos mencionados no item I o acompanhante (animal destinado a auxiliar no tratamento) deverá frequentar somente alas onde tenha lugares reservados para este fim. Não deve ser comprometida a segurança ou a higiene do recinto;

II- cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de conferências e de convenções;

a) os donos de animais acompanhantes são responsáveis pela ordem e respeito com os demais frequentadores;

III - restaurantes, casas de bebidas, casa de café, bares e assemelhados;

IV - transportes públicos, aeronaves das transportadoras aéreas nacional, barcos, taxi;

V - estabelecimentos escolares, públicos ou privados;

VI - centros de formação profissional ou de reabilitação;

VII - recintos desportivos de qualquer natureza, designadamente estádios, pavilhões e outros;

VIII- salas e recintos de espetáculos ou de jogos;

IX - edifícios dos serviços da administração pública central, regional e local, incluindo os institutos públicos;

X - locais de prestação de serviços abertos ao público em geral, tais como estabelecimentos bancários, seguradoras, correios e outros;

XI - estabelecimentos de comércio, incluindo centros comerciais, hipermercados e supermercados;

XII - estabelecimentos de alojamentos, com hotéis, residências, pensões e outros similares;

XIII - lares e casas de repouso;

XIV - locais de lazer e de turismo em geral, como praias, parques, termas, jardins e outros;

XV - locais de emprego.

Art. 3º O direito de acesso previsto no artigo anterior não implica quaisquer custos suplementares para o deficiente visual ou para o paciente em tratamento e prevalece sobre quaisquer proibições que contrariem o disposto no presente projeto de lei.

Art. 4º É necessário que o proprietário de animais de acompanhantes tenham em seu poder a receita médica do médico devidamente inscrito no CRM (Conselho Regional de Medicina), atestando que o animal faz parte do tratamento.

Art. 5º Todos os animais devem ser identificados com placas que contenham informações sobre o seu dono como: RG, Endereço, CPF e nome do médico que o recomendou e nome do médico veterinário com devido registro no CRV (Conselho Regional de Medicina Veterinária).

§ 1º O direito de acesso não pode ser exercido enquanto o animal apresentar sinais manifestos de doenças, agressividade, falta de asseio, apresente qualquer sinais, característica anormal susceptível de provocar receios fundados para as pessoas ou outros animais, ou se comporte de forma inadequada de modo a perturbar o normal funcionamento do local em causa.

Art. 6º Os estabelecimentos, empresas ou órgãos que derem causa à discriminação serão punidos com pena

de interdição até que cesse a discriminação, podendo acumular com pena de multa.

Art. 7º É admitida a posse, guarda ou abrigo de cães em zonas urbanas e em residências utilizadas por pessoas portadoras de deficiências ou em tratamento médico, desde que tais ambientes sejam mantidos limpos e desinfetados.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

O cão-guia para cegos é um animal geralmente da raça retriever do labrador, que é educado durante dois longos anos para conduzir o seu dono em segurança nas suas deslocações. Este delicado companheiro de quatro patas evita que o cego choque com os obstáculos, ajuda-o a encontrar a entrada dos locais onde pretende dirigir-se, procura um banco ou telefone público, encontra a calçada e até impede que pise em poças de água e excrementos de outros animais.

O animal guia, além de ser companheiro do deficiente visual o conduz pelo meio das calçadas ou plataformas de estações ferroviárias, mantendo-o afastado da estrada ou da beira do cais. Evita os obstáculos com que o dono possa colidir quer os que se encontram à altura do solo, como carros mal estacionados, postes, pessoas, quer os que ameaçam a cabeça do cego, como ramos de árvores, por exemplo. Desvia-o dos buracos nos pavimentos, escolhe o piso menos molhado. Procurar um lugar vago no ônibus ou num café encontra uma caixa eletrônica ou telefone público mais próximo.

As pesquisas realizadas por psiquiatras, psicólogos e psicoterapeutas demonstram que os pacientes que utilizam cães como parte do tratamento psicológico se reabilitam com maior eficácia. Muitos países da Europa utilizam cães para auxiliar no tratamento psicológico.

Neste sentido, conclamamos a todos os nobres Pares, para apoiar a proposta que ora apresentamos e assim contribuir para melhorar as condições de vida dos portadores de deficiência visual e pessoas que necessitam de tratamento psicológico, doença muito comum na sociedade brasileira.

PROJETO DE LEI Nº 231/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam assegurados (06 (seis) vagas, como cota universitária de inclusão social, em todos os processos seletivos para o ingresso como educandos = alunos, nas Universidades Públicas Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná, para serem disputadas, exclusiva-

mente, entre as pessoas assentadas ao MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A comprovação da qualidade de assentado dar-se-á por documentação competente expedida pelo INCRA = Instituto Nacional de Reforma Agrária, ou por outro órgão oficial, ou ainda, por Decreto do Poder Executivo especificando o assentamento no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela, tem por objetivo assegurar 06 (seis) vagas, nas Universidades Públicas Estaduais de Ensino Superior, do Estado do Paraná.

A disputa das 06 (seis) vagas será, exclusivamente, entre os assentados e recém-assentados do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra de todo o Estado do Paraná.

A cota de inclusão social, apesar de pequena, vem colaborar com a política pública do Governo Federal, realizada através do INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária.

O INCRA tem o papel de reintegrar, de forma eficaz, na sociedade brasileira, famílias desamparadas de toda sorte e que não tiveram uma oportunidade advinda do Estado.

Tal proposição social, também vem efetivar princípios da Constituição Federal e, principalmente Estadual: o da igualdade de condições, a difusão do conhecimento, a distribuição da riqueza = educação e, de oportunizar o desenvolvimento integrado de todas as regiões deste belo País.

O aumento significativo e paulatino dos assentamentos do MST - Trabalhadores Sem Terra, efetivados e em vias de serem efetivados no Estado do Paraná, está a exigir por parte deste Estado, a sua parcela de contribuição como membro da União.

O Estado do Paraná, tendo uma cota social como esta, contribuirá para amenizar as desigualdades sociais tão evidentes e latentes em nosso rico e belo Estado.

Um trabalhador do campo não tem as mesmas condições para competir em um concurso vestibular, primeiro, porque tem dificuldades de acesso aos cursinhos pré-vestibulares e segundo, a maioria dos assentados trabalha o dia todo.

A cota universitária social é uma política pública afirmativa continuada de fornecimento de conhecimento acadêmico às pessoas assentadas, evitando assim, que venham a inchar cada vez mais as cidades.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

## ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno e no Grande Expedientes, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin.

## ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ontem à noite estivemos no Município de Piraquara visitando a Câmara de Vereadores e lá constatamos a grande reclamação da cidade em relação à ALL, que tramita ali em Pinhais, Piraquara e segue até Paranaguá e que causa uma grande perturbação àquela comunidade.

Falamos na Câmara de Piraquara - estava presente o Prefeito - sobre alternativas que podemos encontrar para geração de empregos mais perto do cidadão.

O Município de Piraquara tem grandes problemas ambientais que são problemas para a receita do Município e são a solução para a água que bebe Curitiba e a região metropolitana. Sobre este aspecto, eu sou o autor do ICMS Ecológico, que rende em torno de R\$30.000,00 por dia ao Município de Piraquara ou R\$800.000,00 por mês, mas poderíamos abrir uma nova discussão para melhorar a qualidade de vida e gerar empregos, como já disse, mais perto do cidadão, criando uma possibilidade de isenção de encargos do Governo do Estado, para empresas não poluentes nesses Municípios em torno de Curitiba.

Não é justo que os Municípios que têm, por lei federal e estadual, a inibição do seu crescimento industrial, portanto da geração de emprego e de renda, que não tenham uma compensação. Se nós levássemos a esses Municípios empresas não poluentes, como, por exemplo, uma fábrica de cadeiras, mesas, estaríamos gerando empregos e evidentemente gerando a qualidade de vida à população que hoje anda nos ônibus em Curitiba e região metropolitana como sardinha em lata, tal é a ocupação, tal é a superlotação e as pessoas sofrem com o problema do transporte coletivo.

Sabemos que esse sistema de transporte coletivo envolve grande interesse econômico, de fortes grupos, e estamos a viver esse problema, assistindo a esse triste espetáculo onde o trabalhador passa de duas a três horas por dia, na ida e na volta do seu trabalho, pagando uma passagem cara e que estressa o ser humano.

Sobre este aspecto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, trago uma proposta para melhorar a qualidade de vida, do transporte e das pessoas da região metropolitana. Vejam os senhores que a ALL tem a concessão para explorar o transporte de carga e a Rede Ferroviária Federal, que deu essa concessão, possui em todo trajeto metropolitano partindo de Curitiba, em torno de 102 quilômetros de linhas férreas que têm uma largura, portanto, de onze metros. Esses onze metros pertencentes à Rede Ferroviária Fede-

ral permitiram, conforme o projeto do engenheiro Airton Cornelsen, a construção de mais duas linhas. Vou citar um exemplo, Araucária - Curitiba, são 38 quilômetros de linhas férreas que poderíamos perfeitamente, a um custo absolutamente razoável, cobrando-se a metade da passagem que se cobra hoje no ônibus, e em três anos o projeto se auto paga. Todas aquelas pessoas que viriam de Araucária, da Fazenda Rio Grande, enfim, de Curitiba, passando pela Vila Centenário, cairiam aqui no centro de Curitiba desinchando a área central, e teríamos um transporte silencioso, porque não tem pneu, elétrico, não tem barulho; com hora marcada de saída e de chegada, porque é controlado por computador e por um preço extremamente mais justo e extremamente mais confortável.

Agora, alguém poderia perguntar: Deputado Beraldin, como é que pode ser implantado esse projeto no Paraná, em Curitiba? Também pode ser implantado em Maringá e Londrina, mas vamos a Curitiba e Região Metropolitana que é onde nos atinge mais profundamente. Quem for ao Rio Grande do Sul, mais especificamente a São Leopoldo, vai certamente embarcar num trem elétrico e vai a Porto Alegre, não vai de ônibus! Quem for a São Paulo, vai embarcar num trem elétrico com os mesmos moldes que estamos oferecendo aqui; são três milhões de passageiros por dia que se utilizam desse sistema.

Então, vamos a Recife verificar como funciona; exatamente como falei. Vamos a Belo Horizonte, também funciona assim o trem elétrico metropolitano. Vamos a Brasília, ao Rio de Janeiro. Então, vamos esquecer o Brasil, para que os ilustres governantes não possam me questionar. Vamos à França, mais precisamente a Paris; dentro da cidade maravilhosa é o trem elétrico!

Onde é necessário uma trincheira o projeto prevê uma. Onde é necessário uma cancela, o projeto prevê uma. Mas, vamos ao Japão, vamos à China, vamos a qualquer lugar deste mundo. Nós poderíamos escolher a fachada que quiséssemos para o trem, simplesmente se requisitássemos da Rede Ferroviária Federal, assim como fizeram os outros Estados brasileiros para instalar o sistema de transporte, como já disse, elétrico. Elétrico, porque temos energia abundante: elétrico, porque é mais barato. E não é também um sonho do engenheiro Airton Cornelsen e deste Deputado, mas um estudo de 1943 onde o engenheiro Hagashi projetou Curitiba para que isso acontecesse nessa época. Ele, em 1943, fez o seu plano diretor e previa que, no futuro, era preciso integrar o transporte ferroviário com o transporte rodoviário, colocando uma estação de trem em cada rápida, em cada conectora e uma estação de ônibus. O cidadão embarca em Piraquara. Quer descer em Pinhais: toma um ônibus e vai para dentro do Município de Pinhais. O cidadão sai de Almirante Tamandaré e quer descer em Curitiba. Aqui ele circula dentro da cidade em ônibus, de preferência menores do que os que temos hoje. Vou mostrar a V. Exas. o que tem aqui: por exemplo, a Linha Vermelha, projetada, Curitiba-Araucária - 38 quilômetros.



Curitiba-Piraquara, seria chamada Linha Verde. Colocar um trem verde, porque é uma região verde. Então, vinte quilômetros, saindo, passando por Pinhais, entrando por Piraquara. Hoje o trem vai a Antonina, Morretes, só não pode parar em Piraquara para que um passageiro embarque, porque pode ferir o direito econômico das empresas de transporte de passageiros.

Curitiba-Rio Branco do Sul - 44 quilômetros. Vejam que essas pessoas vêm pela Mateus Leme, saem de Tamandaré, de Itaperuçu e de toda essa região, utilizando um sistema de transporte oneroso e estressante.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero chamar a atenção para essa situação, porque nós estamos assistindo a esse triste espetáculo do transporte coletivo de Curitiba e da região. Podem acreditar numa coisa: quanto mais cresce a nossa metrópole, quanto mais cresce a nossa Região Metropolitana, quanto mais ônibus, quanto mais carros, mais dificuldades!

Observem como temos aqui a linha férrea projetada pelo Plano Hagashi, exatamente para atender a essa situação. Curitiba, saindo diretamente de Rio Branco do Sul, todos podem acompanhar (**mostra projeto**), passa Cachoeira, Almirante Tamandaré e chegando a Rio Branco do Sul. Quem deseja ir a Piraquara passa por Pinhais e vai até Paranaguá. Quem quiser ir até a Renault em São José dos Pinhais, a base está pronta. Temos o Linhão da COPEL que sai de lá e vem parar no centro de Curitiba. É só usar o trilho de trem, embaixo e ligar a energia e nós teríamos essa possibilidade.

Evidentemente, já discutimos isso por muito tempo. Fizemos até um seminário nacional para tratar desse assunto. Estiveram aqui na Assembléia Legislativa, todos os representantes dos Estados que citei no Brasil e eles nos mostraram, e aqui o projeto elaborado mostra como é possível a Linha Vermelha, que segue com o transporte de carga e as outras duas têm espaço suficiente para uma linha que vai, outra linha que vem e ainda temos espaço para construir uma ciclovía e o paisagismo, além do que, uma cerca de concreto para dar a devida garantia àqueles que trafegam através da linha de trem.

Será que o Alfredo Hagashi que projetou o Plano Diretor de Curitiba em 1943 não estava certo, pensando que no futuro crescería e que teríamos que utilizar o trem como meio de transporte de passageiros? Será que o Brasil está equivocado em suas grandes metrópoles em não usar esse sistema de transporte de passageiros? Será que o mundo inteiro, Japão, China, Estados Unidos, França, Itália se utilizam desse sistema? Será que estamos na contramão da história ou será que não queremos enfrentar um sistema arcaico que onera o trabalhador e que enfrenta um grande poder econômico?

Eu faria uma proposta para não termos essa situação do poder econômico de transporte coletivo de passageiros contra esse sistema, dizendo aos Prefeitos de Curitiba e Região Metropolitana, para que abram uma licitação e dêem a concessão para que eles explorem. Dêem a concessão! Os municípios, o Estado, não preci-

sam, por um tostão! Existem investidores para esse assunto a qualquer momento. Podem ser os mesmos que exploram o transporte coletivo de Curitiba e da Região, a explorar esse transporte de trem. Por que não? O que nós queremos é qualidade de preço e conforto para a nossa população. Agora, é muito claro e é preciso dizer que este meio de transporte não é o meio da ALL, esse trem barulhento, que buzina, que tem pneu de ferro. Esse, não! Esse tem pneu de borracha, é elétrico, tem hora marcada de saída e chegada, é controlado por um computador. Um exemplo, o cidadão sai de Araucária lendo seu jornal assim como saem no Japão, chega no seu local, sem stress, com hora marcada de saída e de chegada. Saí às 10h00; sei que vou chegar às 10h10.

Hoje, o cidadão sai às seis da manhã, de casa, lá de Rio Branco do Sul, e pode chegar na Cidade Industrial às 08h00, às 08h30, às 09:00. Então, não há outra alternativa mais razoável, mais lógica do que seguirmos aqueles que já experimentaram esse assunto e que deu certo, que são esses Estados brasileiros e esses países do mundo afora.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez, tive a oportunidade de trazer à baila essa alternativa para a qualidade de vida das pessoas da Região Metropolitana.

Quem se interessar em conhecer com detalhes esse projeto de viabilidade técnica e econômica, elaborado e estudado por uma equipe altamente qualificada, o Dr. Airton Cornelsen projetou grandes obras no mundo inteiro. Foi e é, ainda hoje, no Brasil, uma das pessoas mais respeitadas. Uma equipe multidisciplinar elaborou esse projeto de viabilidade técnica e econômica. Inclusive o Dr. Airton, como diretor da SUDESUL, que contratou um engenheiro eslovaco, chamado Pete Bavicheck, que veio a Curitiba e disse o seguinte: “você têm o melhor sistema de transporte do mundo, já pronto! Você têm que se utilizar disso!” Então, a SUDESUL, que era presidida pelo então engenheiro Airton Cornelsen, contratou e elaborou esse projeto de engenharia e esse projeto de viabilidade técnica e econômica.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Barbosa Neto.

**Deputado Barbosa Neto (PDT)**

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estou protocolando um requerimento nesta Casa na tarde de hoje, e solicito até a aprovação por parte dos nobres Pares, para que encaminhem ao Secretário da Justiça, Aldo Parzianello, um pedido de informações a respeito da destinação dos cerca de 1100 Agentes de Disciplina das Casas de Custódia e das Penitenciárias do Estado do Paraná que estão com os seus contratos com as

empresas terceirizadas, vencendo agora no próximo dia 8 de julho.

Até explico essa preocupação, já que o Governo do Estado realizou um concurso público e é dessa forma que temos defendido, de forma coerente até, o ingresso no aparato estatal por parte dos funcionários. Mas, estamos preocupados, já que esses quatrocentos novos servidores que passaram no concurso e que vão ingressar no próximo dia 8 de julho na primeira turma, como agentes penitenciários, fizeram apenas um treinamento de quinze dias e serão jogados no meio de latrocidias, homicídias, enfim, marginais de alta periculosidade. Será que eles estão, efetivamente, preparados para serem despejados no meio de pessoas que estão cumprindo uma pena e que merecem atenção especial? Esta é a preocupação que temos.

Neste momento, solicitamos aqui, inclusive, que possa valer a lei que foi aprovada através de mensagem do Executivo, por esta Casa, porque este é um caso emergencial. É justamente nesta hora que a lei tem que ser respeitada e que sejam absorvidos esses novos profissionais ou até aqueles que já estão aí há quatro anos nas suas funções e que possuem a experiência, porque esta é uma função diferenciada, uma função específica. Não é apenas o intelecto, a mente, mas é a prática, é até um preparo psicológico, mental, para poder lidar com essas pessoas, para agir sob forte tensão, já que estamos num momento de crise no sistema prisional paranaense, com riscos e registros de motins, rebeliões, com mortes dentro do sistema carcerário paranaense.

Então, minha preocupação é com as unidades prisionais, as penitenciárias, as casas de custódia de Curitiba, de Maringá, de Londrina, de Ponta Grossa, de Guarapuava, de Cascavel, para que consigamos encontrar um meio termo a fim de evitar um colapso no sistema. Há, inclusive, protocolado, um indicativo de greve por parte dos agentes penitenciários estatutários, que vence no próximo dia 8 de maio, agora.

Então, nossa preocupação é justamente esta e também dos agentes penitenciários, que estão com esta mesma preocupação, evitando que possa acontecer uma tragédia maior, colocando em risco, não apenas a população carcerária, mas a população adjacente dessas cidades. E principalmente os novos profissionais que serão, repito, despejados no mercado de trabalho.

Para concluir, neste momento, quero receber as informações do Secretário Aldo Parzianello para encontrar-se um meio termo, a fim de que não haja prejuízo para o Estado e que sejam evitados até problemas sérios no interior do sistema prisional paranaense.

Portanto, é o requerimento que estamos protocolando na tarde de hoje, entendendo até que o Governo vai ter sensibilidade para discutir com toda a classe dos agentes penitenciários e também com os agentes de disciplina - aqueles das empresas terceirizadas que estão vencendo seus contratos - para que não haja prejuízo para ninguém e que tanto os presos que estão cumprindo suas penas, os

agentes penitenciários que ingressam agora no sistema, até aqueles que já estão há quatro anos na função, sejam respeitados com uma prova de títulos, na intenção de absorvê-los, para que permaneçam prestando este serviço brilhante que vinham prestando até o momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concederemos a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvi a palavra do Deputado Barbosa Neto, retratando o quadro que se encontra a segurança pública, o sistema prisional.

No entanto, não vemos nenhuma solução e muito menos boa vontade por parte do Governador, porque o que vimos até agora foram declarações mais absurdas e que ferem frontalmente os direitos humanos e atentam contra a dignidade das pessoas.

Na cadeia pública de Paranaguá, e é por lá que quero andar hoje, vimos 198 presos num espaço que caberia apenas vinte. Trinta e dois com tuberculose. Para se entrar na cadeia tem que colocar máscara para não ser contaminado pelo bacilo de Kock.

Falei que queria andar por Paranaguá. Votamos aqui e aprovamos um convite ao Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente do Porto de Paranaguá, - ele gosta de ser tratado de superintendente, ele é o super Eduardo.

Por coincidência ou não, é irmão do Governador do Estado do Paraná. E também, por coincidência ou não, tem uma irmã, Lúcia Requião de Mello e Silva Arruda, Presidente do PROVOPAR.

Ela fez uma denúncia que o Porto de Paranaguá estaria desviando o dinheiro arrecadado com a venda da varredura das sobras do que importa e exporta. Pelo que vemos, pouco importa ao seu irmão, que é Diretor do Porto de Paranaguá, a transferência do dinheiro arrecadado com a varredura para o PROVOPAR.

A sua irmã do PROVOPAR diz que quer todo o dinheiro arrecadado. Nós reproduzimos o que ela disse no nosso pedido que foi votado aqui ontem para que, o Superintendente que pensa que é deus, pudesse vir à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná no dia de hoje, para explicar esse desmando que está ocorrendo e essa briga entre ele e sua irmã. Certamente, o seu irmão, Governador, está ausente dessa discussão, como ausente está de tantas outras coisas que acontecem no Paraná.

Ontem à noite, o Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva, que não sei se é psiquiatra ou psicólogo, mas deveria procurar, sim, um tratamento psiquiátrico para resol-

ver o seu problema, passa um fax endereçado à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para mim, que havia feito o pedido de convocação, e para o Presidente Hermas Brandão.

Irritado ele diz aqui que: “a fim de evitar acusações depreciativas e difamatórias como essa que V. Exa. nos submete...” foi a irmã dele que o submeteu a isso, porque é ela que está dizendo que quer o dinheiro: ela que está dizendo que ele não repassa o dinheiro da venda desses produtos lá no Porto de Paranaguá para o PROVOPAR!

Ele diz mais: “diante disso, como o assunto foi tratado com evidente falta de critério moral e ético...”, talvez pela irmã dele com relação a ele. Esse Superintendente apresenta, neste ato, pedido de desagravo e retratação por parte desta Casa Legislativa e de quem formulou a acusação.

O Eduardo Requião, Superintendente, que lá em Paranaguá pensa que é deus, que está acima das nuvens, deve realmente estar em transe. Ele acha que é deus de Paranaguá; que é o deus do mar, da terra e dos céus. Então, lá em Paranaguá, ele está acima do bem e do mal e o que quer estar acima por todo território paranaense, quiçá sobre todo Oceano Atlântico, além-mar, também, quem sabe, quer que nós venhamos aqui para nos retratar!

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a acusação foi feita aqui, nesta Assembléia, pela irmã do Dr. Eduardo Requião que deu uma entrevista dizendo que ele não repassa o dinheiro, que ele não atende às necessidades do PROVOPAR e que não cumpre com a lei, que exige que o repasse daquele aproveitamento de sobras de importação e exportação, venha para o PROVOPAR para ir às ações sociais, - que não vemos em lugar algum do Paraná.

Nós falamos, aqui, do Programa de Habitação que o Governador prometeu fazer duzentas mil casas e já fez três mil e vai chegar nas duzentas mil, sim, mas se somar com as casas de João-de-Barro que estão espalhadas pelo Paraná afora, este grande pássaro obreiro que trabalha diuturnamente para ajudar o Governo Requião na construção de casas em cima das árvores e nos postes, pelo Paraná afora.

Vem o Dr. Eduardo Requião pedindo retratação!

Veja bem, Sr. Presidente, o General do 5º Exército uma vez pediu que eu fizesse uma retratação na tribuna da Assembléia e eu o enfrentei. Isso foi em 1975, Deputado Anibelli. O Capitão Romaris, em Apucarana, prendeu-me e disse que queria que eu fizesse um pronunciamento aqui, na Assembléia. Eu vim aqui e pedi, sim, que ele fosse punido, fosse cassado, porque ele era um arbitrário, um prepotente e um desonesto. Isso, no tempo da ditadura! Agora, vem a “Nhá Benta” dar a fórmula para Assembléia se conduzir! A “Nhá Benta” de Paranaguá vem e pede para que o Deputado Scarpellini retrate-se! Retrate-se, do quê, Dr. Eduardo Requião de Mello e Silva?

Quem acusou V. Exa. - vou chamar você de V. Exa. para você gostar, se sentir bem, - quem acusou você ou V. Exa. foi a sua irmã, Lúcia Requião de Mello e Silva!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputada Elza Correia, com a palavra

## ***Deputada Elza Correia (PMDB)***

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, nobres companheiros e companheiras:

Saúdo, primeiramente, todos os homens e mulheres, professores, enfim, todos os trabalhadores da Educação que nos visitam e que participaram, muitos que estão aí, da marcha de Ponta Grossa até aqui, o que acontece no Brasil todo, neste dia nacional de reivindicação em benefício da Educação. Gostaríamos de dizer que aqui na Assembléia Legislativa há sempre uma grande receptividade aos temas e às questões relativas à Educação no nosso Estado e no nosso país, no entendimento de que, sem dúvida nenhuma, a Educação é o grande mecanismo, o grande vetor e o grande agente de transformação da sociedade e de melhoria de condições de vida para todos os brasileiros.

Então, sejam bem-vindos e nossos cumprimentos por esse dia e por todos os dias de resistência e de luta dos trabalhadores na Educação. Gostaria de colocar que estivemos, hoje, pela manhã, mais precisamente na hora do almoço, meio-dia, junto com o Deputado Tadeu Veneri, com a participação da APP e de uma comissão de professores, trabalhadores na Educação, numa reunião na Casa Civil com a presença do Secretário Chefe da Casa Civil Caíto Quintana; do Secretário Maurício Requião e também da Secretária Maria Marta, da Administração, onde a comissão apresentou uma pauta de reivindicações com 23 itens e alguns dos quais já em andamento e discussão com o Secretário da Educação e demais Secretarias.

Todas essas reivindicações foram recebidas sempre dentro de uma grande receptividade, cordialidade, que tem sido a marca das relações desse Governo com a Educação no Estado do Paraná. Algumas para serem analisadas, outras sinalizando a possibilidade de atendimento e outras para um processo de discussão que se abre com a APP, com o DIEESE, com os representantes da Educação.

Portanto, considero uma reunião bastante produtiva, da mesma maneira como foi produtiva a nossa audiência pública hoje pela manhã, da Comissão de Educação, para discutir a reforma universitária no nosso País.

Nem faria uso da palavra neste momento, mas recebi aqui um folheto que foi entregue hoje, que alguns companheiros da Educação nos trazem - não terminei de ler, porque recebi agora - mas pelas primeiras frases fica nítida e clara uma provocação, uma tentativa Lemos, de desmobilizar, de provocar um desencontro entre a categoria e o Governo. Entendo como irresponsável esta manifestação em nome do núcleo de educa-

dores do PMDB que sequer nós conhecemos a existência desse núcleo. Sou da base de sustentação do Governo, sou do PMDB, tenho uma ligação grande com a questão da Educação e desconheço esse núcleo de educação do PMDB que faz uma tentativa clara de desqualificar as relações do Governo, colocando uma fala para desmoralizar a marcha, os professores, a luta, a resistência, muito entendida como importante no processo democrático e como também um instrumento fundamental na luta dos professores.

O Governo tem tido, sim, uma demonstração positiva, não só apenas através do Plano de Cargos e Carreiras dos Professores, mas nas várias ações já explicitadas e colocadas de forma clara e objetiva e já em funcionamento em relação aos trabalhadores na Educação.

Evidentemente que a luta continua, são ainda várias questões que estão sendo discutidas, mas entendo que esse material tem a nítida função de colocar gasolina numa fogueira que não existe, uma tentativa de fazer confronto da categoria com o Governo, uma tentativa equivocada de dizer que não há diálogo, que não há canal de negociação, que nós não estamos sentados à mesa para discutir de forma tranqüila e serena, como foi feito hoje pela manhã, com a presença da APP, do DIEESE, e dos professores representantes da marcha.

Portanto, considero e falava agora com o meu Presidente do Partido e também Líder do Governo aqui na Casa, Dobrandino, que falaria a respeito disso, isentando o PMDB, isentando os professores do PMDB que igualmente com os demais professores, com os demais partidos e aqueles que não são de partido nenhum, estão enfrentando uma luta extraordinária, importante e justa em benefício da categoria. E que tem tido, sim, e vai continuar tendo o respeito do Governo do Estado do Paraná, que tem demonstrado nas suas ações e tanto quanto nós, que somos professores, tanto quanto nós, que somos pessoas que entendemos importante a Educação, temos trabalhado, dialogado e conversado para melhorar cada vez mais a qualidade de ação e também a vida de todos os trabalhadores da Educação. Fazendo isso, o Governo tem consciência de que estará melhorando a qualidade de vida de todos que são atendidos pela Educação e de toda a população do Estado do Paraná.

Era importante fazer esse registro, porque não dá mais para ficar recebendo isso aqui e fingir que não recebeu. É a tentativa de desmoralizar, desqualificar e minimizar a extraordinária atividade dos professores e a relação de qualidade, serenidade e de respeito que há entre a categoria e o Governo do Estado do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Nishimori.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu faria o meu pronunciamento no Horário da Liderança da Oposição, mas surgiu um imprevisto e provavelmente tenho que viajar. Gostaria de levantar uma Questão de Ordem, para que V. Exa. depois pudesse nos dar a resposta. Pedir a V. Exa. que fossem tomadas providências, para que o Secretário da Fazenda cumprisse a Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele ainda não compareceu a esta Casa, para a demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais do Estado. Estamos no mês de abril e ele não veio ainda aqui fazer esta prestação a esta Casa, do quadrimestre do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Nós entramos em contato hoje com o Secretário Heron, que ontem à tarde nos ligou e já marcamos para a próxima terça-feira, às nove horas da manhã, no plenário, a apresentação em audiência pública dos números e dados sobre o quadrimestre passado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Eu agradeço.

Segunda Questão de Ordem, Sr. Presidente. Tenho dois projetos, os Projetos 471 e 472, que foram aprovados há aproximadamente quinze dias, em regime de urgência e eles não vieram ainda para a Ordem do Dia.

Encareço a V. Exa. que coloque esses projetos, respeitando o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma, nobre Deputado. Vamos entrar em contato com o Departamento Legislativo da Casa, verificar em qual Comissão estão parados, para que se dê parecer, imediatamente, para que possa vir à pauta na próxima semana.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço a compreensão de V. Exa.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente.

Apenas para justificar a ausência do Deputado Marcos Isfer e solicitar aqui, pelo Deputado Ratinho Júnior, já que o mesmo se encontra em uma audiência pública em Palmas e, portando, não estão na Sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Nishimori, que fará uso do Pequeno Expediente, bem como do Horário da Liderança do PSDB.

**Deputado Luiz Nishimori (PSDB)**

O SR. LUIZ NISHIMORI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo nesta tribuna para trazer a nossa preocupação com o campo, com a agricultura do Paraná, que produz 1/4, ou seja, 25% da produção nacional de cereais; que produz alimentação e responsável pela criação de milhões de empregos e mantém o saldo positivo na balança comercial, que se encontra em crise.

O nosso Estado é um Estado eminentemente agrícola. Tenho dito sempre que quando a nossa agricultura vai bem, a cidade também vai muito bem, principalmente no interior do nosso Estado.

Todos nós sabemos que este ano, a agricultura vem sofrendo o grave problema de estiagem, da falta de chuvas; no mês de fevereiro, março e abril, provocando danos irreparáveis aos agricultores da região Sul do Brasil.

Temos percorrido a nossa região do Norte, Noroeste e Oeste do Paraná e tenho observado o drama de nossos agricultores, pois a safra de verão está muito aquém da produção que eu imaginava.

A safrinha de milho já perdeu a oportunidade de plantio. Conseqüentemente, ela será de baixa produção.

Soubemos que cerca de setenta municípios já decretaram estado de emergência.

Mas, não venho aqui para trazer apenas o choro e lamentação dos agricultores, mas venho aqui para trazer a nossa preocupação do custo altíssimo de produção agrícola.

Quero demonstrar e comparar em números a razão da nossa preocupação e tristeza.

O adubo Srs. Deputados, que era vendido por 451,00 reais ou seja, a 165 dólares em 2001, no fim de 2004 era comercializado por 785 reais, ou seja 273 dólares, significando um aumento de 65% no período de 2001 e 2004.

A semente de soja que custava 50 reais, ou 18,40 dólares em 2001 e no fim de 2004 era vendido pelo preço de 75 reais ou 25 dólares significando um aumento em dólar de 39%.

E os defensivos agrícolas, outro item importante que compõe o custo de produção, neste mesmo período, tiveram a seguinte variação: Citemos, por exemplo, o defensivo da marca Podium, que é herbicida pós-emergente, que era comercializado por 11,40 reais ou 4,20 dólares em 2001, este produto pulou em 2004 para 57,60 reais ou 20 dólares, significando um absurdo aumento de 378%.

O defensivo da marca Flex, que é também herbicida pós-emergente, era comercializado por 18 reais ou 6,60 dólares, e passou a ser vendido em 2004 por 62 reais ou 22 dólares, significando um outro absurdo de 227% de aumento.

Sem contar outras dezenas de marcas de defensivos que tiveram aumento em torno de 45% a 50% e sem contar o absurdo da elevação de preços das máquinas e implementos agrícolas.

Enquanto observamos este quadro, em 2001, a saca de soja era comercializada por 26 reais ou 9,60 dóla-

res, e em 2005, praticamente mantém o mesmo preço, ou seja, 28 reais ou 10,70 dólares.

Os produtores dizem que antigamente, quarenta sacos de soja por alqueire eram suficientes para pagar o custo da produção, mas hoje, são necessários oitenta e noventa sacos por alqueire para esta mesma equação.

O milho, que era comercializado por vinte reais o saco de sessenta quilos, não estão pagando além de quinze reais. Sem falar de horticultura e fruticultura que sofreram brusca queda no preço da comercialização, levando seus produtores ao desespero.

A uva é outro exemplo, pois está há mais de dez anos sendo comercializada a um real até no máximo dois reais o quilo. Por isso, os produtores estão mudando de ramo. Estão cortando suas videiras ou abandonando seus parreirais.

O grande problema do alto custo dos adubos, defensivos agrícolas, máquinas e implementos - é que estes itens estão nas mãos de poucas empresas.

Estão nas mãos de poucas porque as grandes empresas estão adquirindo as pequenas, fazendo fusões entre si, para tomar conta do mercado e monopolizando os produtos. E o Brasil é um verdadeiro paraíso dos monopólios, principalmente neste setor da agricultura. Elas lançam seus produtos, se prevalecem e usam do seu poder econômico. Praticam preços absurdos e os agricultores têm que submeter-se a elas.

Observamos, Sras. e Srs. Deputados, que quando a soja e o milho subiram, os adubos, sementes e defensivos também subiram juntos. Todavia, quando os preços de soja e milho despencaram, não aconteceu a mesma coisa com os insumos! Pelo contrário, eles permaneceram no mesmo patamar, ou seja, lá em cima.

Enfim, Sras. e Srs. Deputados, a agricultura paranaense vive um momento dramático e caótico. Precisamos urgentemente pensar nos pequenos e médios agricultores, porque são eles as maiores vítimas do caos que aí está instalado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Como disse no início, quando o campo vai bem, a cidade vai bem. Por isso, a crise da agricultura tem reflexo direto na economia do Estado.

#### **O Sr. José Maria Ferreira (PMDB)**

Deputado Nishimori, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento, sobretudo pelo assunto que trata nesta tarde. Estamos vendo a cada dia o setor rural, especialmente o do Norte do Estado, onde a estiagem prolongada tem trazido dificuldades enormes, tanto para a colheita, como para o plantio e os Prefeitos, reunidos em Nova Santa Bárbara, estão solicitando para que todos entrem em situação de calamidade. Para quê? Para que justamente tenham, aqueles Municípios e aqueles produtores, oportunidade de poder parcelar os seus débitos junto ao Banco do Brasil, junto às instituições financeiras. Se não olharmos a agricultura neste momento, a situação vai se tornar insustentável nos próximos meses. Por isso, parabenizo-o pelo

pronunciamento nesta tarde que vem ao encontro da grande necessidade da agricultura neste momento.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Deputado José Maria, eu é que agradeço pelo aparte. Realmente o senhor tem andado muito nos campos com agricultores, conversando. Precisamos defender esses pequenos e médios produtores que realmente estão precisando.

Bom, manifestando mais uma vez a minha preocupação com a classe, gostaria de registrar o meu apelo a todos os colegas Parlamentares, o Deputado José Maria disse há pouco, no sentido de ajudar a classe para a busca de uma solução. Precisamos de apoio do Governo Federal, sem dúvida nenhuma, estadual e todos os órgãos vinculados à agricultura para tomarmos as providências urgentes em prol dessa classe e fiscalizarmos os preços de insumos em geral e livrarmos dos abusos econômicos que os produtores são submetidos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri. Após, vamos conceder dez minutos ao Presidente da APP, professor José Lemos.

### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

É exatamente sobre isto que eu gostaria de me manifestar. O professor José Lemos, junto com os professores que estão aqui hoje, participou da caminhada feita de Ponta Grossa até Curitiba. Foram seis dias que os professores e funcionários estiveram caminhando e hoje, na reunião havida na parte da manhã e parte da tarde com o Palácio Iguaçu. Em alguns pontos nós obtivemos avanços; outros vão continuar sendo negociados e é sobre isso que o professor José Lemos irá proferir aqui na tribuna, discorrendo sobre estes pontos.

Além disto, agradecer o professor José Lemos e a todos os funcionários e professores das escolas do Estado do Paraná por terem vindo a esta Casa, porque sabemos que a luta pela conversão, conversão de parte da nossa dívida em bônus para a Educação, é uma luta que eu gostaria, Sr. Presidente, em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que a Assembléia votasse uma moção favorável a este encaminhamento, para que pudéssemos também remetê-la ao Presidente Luis Inácio Lula da Silva, para que tenhamos, também no Paraná, da Assembléia Legislativa, uma manifestação favorável neste sentido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta Casa dá mais uma demonstração hoje do seu espírito democrático, dando oportunidade às entidades

virem aqui se manifestar, usar do nosso horário para que possam colocar as suas propostas, as suas reclamações para este Poder Legislativo.

Com a palavra o professor José Lemos.

### ***Professor José Lemos (Presidente da APP)***

O SR. JOSÉ LEMOS

Agradeço, cumprimentando os funcionários de escolas, os professores, os demais trabalhadores de outras categorias que estão conosco apoiando e defendendo a educação pública no Estado do Paraná e do Brasil.

Cumprimento também os servidores da Assembléia Legislativa, cumprimento os Deputados, as Deputadas deste importante Poder do Estado do Paraná e quero também cumprimentar o Presidente da Assembléia Legislativa que sempre tem acolhido os pleitos dos trabalhadores, especialmente da APP-Sindicato.

Ainda ontem à tarde, tínhamos um problema para acamparmos no Parque Barigüi: tivemos que recorrer à Assembléia Legislativa. O Deputado Tadeu Veneri nos atendeu, conversou com o Presidente Hermas Brandão e queremos aqui de público agradecer a intervenção do Deputado Hermas Brandão para que pudéssemos permanecer no Parque Barigüi, parque público, parque do povo do Paraná.

E nós, então, estamos mais uma vez neste Parlamento agradecendo a todos os Deputados, à Comissão de Educação desta Casa, que foi presidida pela Deputada Elza Correia e que esses e os demais Deputados desta Comissão têm feito uma atuação brilhante na defesa da Educação e dos educadores do Paraná.

Quero registrar isto e agradecer também os demais Deputados que aqui nesta Casa têm debatido a Educação e têm votado a seu favor, Deputados da Situação e também da Oposição, que têm aqui travado debates importantes na defesa da educação do povo do Paraná.

Quero destacar aqui, Deputado Hermas Brandão, que nós temos uma pauta de reivindicação grande, com mais de 20 itens. Um deles é a conversão da dívida externa em investimento para a Educação brasileira. Países como a Argentina, Indonésia, México e outros já usaram este instrumento importante convertendo parte da sua dívida em investimento na educação de seu povo.

Nós, em Brasília, no dia 14 de janeiro, reunindo aproximadamente três mil educadores do Brasil no Congresso Nacional, entendemos que era importante este item; aprovamos por unanimidade, entregamos ao Presidente Lula naquela oportunidade. Foi instituída uma Comissão no âmbito do Governo para estudar o tema, mas é importante que se reforce este debate e que seja uma posição defendida pelo Presidente da República, por todos os Deputados estaduais, federais, por todas as autoridades constituídas deste País, com a participação da população e possamos dar um basta nesta dívida que não

fizemos, esta dívida que não devemos! A dívida maior, no nosso entender, é a dívida que o Estado brasileiro tem para com a sua população, é a dívida da Educação e esta precisa ser resgatada o quanto antes! No mínimo, temos que elevar para 7% do PIB o investimento em Educação brasileira; hoje está em torno de 4,5%, isto é inadmissível! Ainda temos analfabetos no Brasil, não podemos deixar de investir em grande escala na Educação brasileira!

Também neste sentido, reforço aqui a proposta do Deputado Tadeu Veneri, solicitar aos Deputados que aprove uma moção de apoio a este tema, a esta reivindicação para ser encaminhada ao

Presidente Lula.

Fizemos um termo de adesão que o Governador do Estado, na reunião de hoje de manhã já assumiu que vai assinar este termo. O Deputado Tadeu Veneri está fazendo a gentileza de distribuir a cada Deputado esse termo de adesão, que pudesse estar colocando aí a sua assinatura e também encaminhando ao Presidente Lula. Isto é muito importante!

As demais reivindicações que temos, precisam de financiamento, então esta reivindicação é grande, é importante, porque, resolvendo o financiamento, podemos avançar, e aí o avanço para outras reivindicações que destaco aqui como de fundamental importância.

Aprovamos no ano passado, por unanimidade aqui nesta Casa de Leis, o plano de carreira para os professores do Paraná; um avanço importante. Agora estamos também solicitando a esta Casa a aprovação do plano de carreira para os funcionários de escola. Hoje, no debate com o Governo, garantimos lá que se ele encaminhar para a Assembléia Legislativa o projeto, vamos fazer gestão junto ao Presidente da Assembléia junto à Mesa Diretora, junto aos Deputados para que votem em regime de urgência urgentíssima para que possamos ter, antes do concurso público que está previsto para este ano, a aprovação do plano de carreira para os funcionários de escola.

Somos 25.000 educadores, funcionários de escolas do Paraná, com contratos precários, sem condições mínimas e isso é inadmissível! Precisamos urgentemente e é fundamental que aprovemos este plano de carreira nos próximos dias para que possamos ter, na Educação, uma carreira que trate o funcionário de escola como educador que ele sempre foi e que não é reconhecido no Estado do Paraná, até hoje.

Então, é uma reivindicação relevante e gostaríamos que os Deputados, todos, da Oposição e da Situação, que se manifestassem a favor deste plano de carreira e que nos ajudassem fazendo gestões junto ao Executivo para que esta Mensagem seja encaminhada o quanto antes para a Assembléia Legislativa, para que possamos ter paz no Magistério!

Nossos 25.000 educadores, funcionários de escola precisam da aprovação deste plano, não podemos continuar mais com essa perversidade. Também, trazemos, aqui nesta tribuna, a reposição salarial para os professo-

res, de 48,08%. Estamos buscando tão somente reparar uma diferença que temos entre o salário dos professores e o dos demais servidores do Estado do Poder Executivo, que têm a mesma jornada semanal de trabalho e a mesma formação, que é curso superior. É exigido para o professor, para ingressar com concurso público no Estado do Paraná, a sua formação superior com licenciatura plena. Entretanto recebe, por quarenta horas semanais, ou seja oito horas diárias de trabalho, 1030 reais, enquanto outros servidores, que recebem pouco também, recebem 1525 reais.

Essa diferença foi construída ao longo dos anos, porque os educadores ficaram para trás e precisamos reparar isso. Não queremos receber mais que os demais servidores do Estado, mas não aceitamos receber menos, porque o nosso trabalho precisa ser valorizado tanto quanto o dos outros servidores do nosso Estado.

A nossa formação não é inferior à dos outros servidores do Estado do Paraná. Junto com eles queremos avançar, porque o salário que eles recebem já está demais defasado. Então, estamos solicitando o apoio a essa reivindicação importante.

Também trazemos, aqui nesta Casa, e fazemos um apelo. O Projeto de Lei nº 169, que apresentamos à Deputada Luciana e ela subscreveu, e todos os Deputados defenderam, foi aprovado por unanimidade; trata do número máximo de alunos por sala de aula.

O Paraná tem a maior média da Região Sul e a quinta média do Brasil. Não podemos continuar com essa média tão alta. Encontramos salas com mais de sessenta alunos! Visitei Pérola, na região de Umuarama, no mês de março, e encontramos lá uma escola com 68 alunos em uma sala de ensino médio. Mas quando fomos a outra sala, tinha 72 alunos. Era impossível dar aula. É por isso que o Diretor fazia um revezamento, dia sim, dia não. Metade dos alunos estudava um dia; na outra noite a metade é que freqüentava a escola. Isto não pode continuar no Estado do Paraná! Temos condições de fazer com que a lei aprovada aqui, seja sancionada pelo Governador do Estado, e contamos com o apoio dos Deputados, que façam também movimentos nesse sentido, conversando com o Governador Requião, para que ele não vete esse projeto de lei tão importante, que ele faça a sanção. Tendo a ratificação do Governo do Estado a essa importante lei, temos, sim, o pé no chão, sabemos que não dá para fazer de um dia para outro esta mudança. É preciso, sim, ter um período para fazer a adequação e sabemos que o Governo precisa pautar isso, buscar o orçamento do ano que vem já que a LDO está chegando nesta Casa, já ir pensando em como resolver esse problema no próximo ano. E, se não der para resolver todos os problemas de número de alunos por turma, no próximo ano podem ser escalonados.

O que não pode é admitirmos salas de aula como encontramos em Altônia, que nos deixaram mais admirados, com mais de cem alunos. Era impossível e por isso, nem dividindo em dois dias conseguia lecionar para mais

de cem alunos. 102 alunos numa sala de aula, isso no início deste ano! Evidentemente que, quando constatamos esses números, a Secretaria da Educação imediatamente corrigiu, mas precisamos de uma lei para que nenhum diretor de escola ouse colocar mais de 35 alunos numa sala de aula, porque o próprio espaço físico não admite. Então, Deputados e Deputadas, contamos com o apoio desta Casa neste pleito importante.

Também trazemos a esta tribuna outras reivindicações que gostaríamos do apoio de todos os Deputados. Vamos fazer a entrega, para cada Deputado, da pauta inteira de reivindicação, porque não temos tempo de, neste instante, discorrer item por item, mas todos os itens são muito importantes.

Quero destacar aqui mais um item, para chegarmos à conclusão.

Construímos aqui o Plano de Carreira dos Professores.

Este Plano tem um artigo, o 29, que criou também o cargo de professor, com uma jornada de quarenta horas semanais e precisamos, depois que o decreto que o Governador já publicou, que é o 3149, que o Secretário Maurício Requião publique uma resolução para que neste primeiro semestre tenhamos a implantação desta chamada “jornada de quarenta horas”, porque já trabalhamos quarenta horas por semana. Entretanto, temos aulas esporádicas. Mais de quinze mil educadores têm as chamadas “aulas extraordinárias” que, se perder essas aulas no mês que antecede à sua aposentadoria, não leva um centavo para os proventos de aposentadoria, mesmo tendo contribuído 29 anos e onze meses para a Previdência do Estado do Paraná.

Também temos os professores com dois cargos, sendo tratados como pessoas distintas pelo Estado do Paraná, quando ele é uma pessoa só. Isso precisamos corrigir. Houve um compromisso do Governo, a Assembleia acolheu esse item no Plano de Carreira, o Governador baixou o decreto e agora precisamos que os nossos Deputados nos ajudem a convencer os Secretários envolvidos, que publiquem essa resolução o quanto antes, para que até o meio do ano, tenhamos a implantação do cargo com quarenta horas para os nossos professores das escolas estaduais do Paraná.

Concluindo então, Deputado Hermas Brandão. Mais uma vez, agradecemos esse espaço. Nossa caminhada que começou em Ponta Grossa no dia 22, com noventa educadores, chegou a Curitiba hoje com mais de cinco mil educadores. As escolas do Estado todo, os nossos educadores não estavam paralisados; estavam, sim, em movimento, fazendo esta luta em legítima defesa, defendendo a educação pública de qualidade e defendendo a educação pública de qualidade e defendendo os educadores também, porque as educação pública só terá mais qualidade quando seus educadores tiverem paz e para termos paz precisamos de carreira e salário justo.

Nosso muito obrigado a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Professor José Lemos, Sras. e Srs. professores, V. Exa. sabe perfeitamente que nunca faltou o apoio desta Casa e todas as mensagens que são enviadas para a Assembleia Legislativa do Paraná pelo Poder Executivo. Analisamos sempre com a máxima urgência, porque entendemos que os nossos professores merecem respeito.

O SR. JOSÉ LEMOS

Nosso muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao PDT. Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, ontem subi à tribuna desta Casa para elogiar aqui o Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Deputado Caíto Quintana.

Hoje também subo aqui para dizer que admiro o Governador do Estado, Roberto Requião, admiro até pela sua convicção, que chega a beirar a uma espécie de crença. Mesmo sabendo que está errado, ele continua acreditando naquilo que não é verdade, o que o torna, inclusive, escravo das suas próprias mentiras. É assim, por exemplo, quando mostra na mídia essa propaganda ostensiva, quando diz dos quatro mil quilômetros de asfalto que foram recuperados ou recapeados. Quem mora lá no local, não vê! E aí, acaba não sendo engabelado por essas mentiras que estamos vendo, principalmente pela televisão.

Por isto, concordo, com o Deputado Valdir Rossoni, quando diz que este é o Governo “virtual”: desliga o rádio, a televisão, e o Governo acaba. Esta crença é que eu admiro no Governador, que chega a ser quase o professor de uma fé, que mesmo beirando o ridículo, continua acreditando quase que como uma fé cega. E eu tenho certeza, até, de que esta convicção de um proselitismo rebuscado, de tentar fazer o feio parecer bonito, a mentira parecer verdade, o errado parecer certo, está com os dias contados no Paraná, Deputados que compõem esta Casa de Leis. Não engana mais tanta gente, assim, não!

Jornais de hoje, em Santa Catarina, estampam nas manchetes que o Presidente da SANEPAR, Stênio Jacob, está condenado a devolver ao Tribunal de Contas 180 mil reais. E isto já existe, não é de hoje. E o que faz o Governador Roberto Requião? Encaminha ao Ministério Público? Manda apurar? Não! Faz vistas grossas e segue inerte na sua fé cega, que muitos admiram, até. Mas, será que o Tribunal de Contas está errado? Será que o povo do



Paraná não vai saber enxergar a verdade, por exemplo, desta operação da aplicação de recursos no Banco Santos, um Governador que exalta tanto o público em detrimento do privado, permite que um banco de quinta categoria receba aporte de recursos e faça aplicação?

E se até tivesse caído neste conto, qual seria a obrigação do Estado do Paraná para tentar recuperar este dinheiro? Encaminharia um procedimento ao Banco Central, ingressaria com uma ação, como fez até recentemente, brigando pela SANEPAR, pelo controle acionário estatal, onde extrapolou os tribunais brasileiros e foi até a Europa buscar guarida e não conseguiu. O que fez o Governador? Nada disso! Continua com sua fé cega!

Outro caso, até, eu poderia citar: o ex-Secretário Luís Mussi disse aqui ou a imprensa toda ficou sabendo, que o Secretário da Comunicação exigia propina para liberar recursos na Comunicação Social. O que fez o Governador? Mandou apurar? Fez uma acareação? Quem sabe, até, na “escolinha”, “passou um pito” nos dois? Não! Nada disso! Mandou tirar o sofá da sala, demitindo o jornalista, que foi apenas o veículo desta notícia, sob a qual pairam seriíssimas dúvidas, e o Governador continua inerte, com sua fé cega, arrastando admiradores, principalmente dentro desta Casa.

Outro caso, com manchetes de jornal e tudo: o chefe do cerimonial, acusado de fazer a chamada “gambiarrá”, o “gato”, a subtração de energia através da COPEL. Mesmo comprovado o que fez o Governador? Demitiu? Chamou à responsabilidade? Não! Nada disso! “Continua tudo como antes no Quartel de Abrantes”.

Quero, mais uma vez, trazer aqui um outro caso: o irmão do Governador, um dos irmãos entre os vários parentes que ocupam o primeiro escalão deste Governo, o que fez para trazer de volta as mais de mil toneladas de soja que, misteriosamente, desapareceram, fugiram pelo ralo ou foram comidas pelos pombos e as ratazanas que constatamos no Porto de Paranaguá? Nada, absolutamente nada!

E nos casos mais graves aqui, a alienação das ações da ELEJOR, em que o principal assessor de gabinete do Governador disse um número e a Agência de Notícias do Estado disse outro completamente diferente. Quem está com a razão? Por muito menos, num Governo sério qualquer um desses já teria sido defenestrado do Governo!

E agora, recentemente, o caso do Padre Roque, acusado de desviar recursos da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social, para beneficiar os sem-terra. O que fez o Governador? Impediu a instalação de uma Comissão para investigar esse caso!

Não vou nem falar aqui da questão do Secretário da Segurança Pública, porque, se é viciado, merece uma clínica de recuperação para desintoxicação, porque é vítima, mas se for verdade o que disse o Coronel Neves, se é traficante merece o código penal.

Vejam, estamos trazendo o tamanho da dúvida que paira nesse Governo que aí está. Um Governo que não

pode ter na sua equipe pessoas desajustadas como essas que estamos vendo aqui.

O que cobro, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é uma posição do Governo, uma declaração, uma nota de esclarecimento, porque são membros do primeiro escalão que estão na berlinda! Quem cala, consente! Omissão, também é crime! O Governador não pode ser conivente, ou agir passivamente!

O Governador não tergiversa quando é abordado por jornalista e chega a torce-lhe o dedo; não transige quando xinga em público seus assessores e até Deputados que estão do seu lado.

Não consigo entender a mansidão, a passividade diante de casos escabrosos como esse que estamos trazendo hoje aqui.

Por isso, admiro, sim, o Governador, pelo seu lado artístico, estriônico até, um grande ator. Até parafraseando o grande Fernando Pessoa, o maior poeta da Língua Portuguesa, num de seus heterônimos diz: “O poeta é um fingidor, finge tão completamente que chega a sentir que é dor, a dor que deveras sente”. É essa admiração que estamos trazendo aqui.

Tenho certeza que a população não acredita mais nessa fé, nessa fé cega. O pior cego é aquele que não quer ver.

Esse Governo que se elegeu duas vezes com duas mentiras. A primeira com Ferreirinha, e agora, com o fim do Pedágio. Está chegando ao seu final. Está agonizando. Oxalá, a população enxergue e ele seja desmascarado, para que o povo não seja enganado mais uma vez!

Abro um aparte ao Deputado Valdir Rossoni.

#### **O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)**

Gostaria de dizer a V. Exa. que o Secretário da Comunicação, além de não esclarecer o fato da acusação do Secretário da Indústria e Comércio que acusa de estar cobrando propina nas verbas de comunicação, mandou uma correspondência à Liderança da Oposição, dizendo que entrou na Justiça contra o Secretário da Indústria e Comércio! Ele falta com a verdade quando ele diz isso. Fomos à Justiça buscar o processo e não existe nada na Justiça. Certamente o Secretário Mussi estava falando a verdade.

É importante dizer quando se fala do Banco Santos, o Governo retirou o dinheiro da Fundação COPEL de um banco estatal, que estava garantido pelo Governo; não tinha como perder o dinheiro e mudou esses recursos para o Banco Santos, quando o Brasil inteiro sabia que aquele banco estava quebrando!

Nós estamos aguardando a informação para saber quem determinou e quem autorizou essa transferência, porque vamos à Justiça contra a pessoa que autorizou essa aplicação num banco que já vinha sendo noticiado por todos os jornais e televisões que estava falido. Quer dizer, foi uma grande negociata que agora, não encontramos quem é o responsável. E são cento e oitenta milhões!

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Quero agradecer o aparte do Deputado Valdir Rossoni, que é o Líder da Oposição, nesta Casa, função que tem conduzido de maneira brilhante, juntamente com os Deputados que não têm uma visão distorcida do Parlamento, mas entendem que esta Casa é independente e não somos Deputados de Situação ou Oposição para defender ou atacar o Governo, mas para contribuir com a sociedade paranaense, trazendo os problemas à baila e pedindo para que eles sejam, pelo menos, investigados, cumprindo assim o nosso trabalho de fiscalizadores, já que somos e temos esse compromisso com a população.

Muito obrigado, Deputado Augustinho Zucchi!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra, o Deputado Plauto Miró Guimarães, no Horário do PFL, por cinco minutos.

### ***Liderança do PFL: Deputado Plauto Miró Guimarães***

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Um abraço ao Palácio Iguaçu!

O Canal 21, que transmite imagens para Capital do Estado, tem no Palácio Iguaçu liderança na audiência nas tardes do nosso Estado do Paraná!

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Cem por cento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

100% de audiência! Um abraço a todos eles!

Olha, quero falar a todos que, com atenção, ouvi o pronunciamento do Deputado Barbosa Neto e também do Deputado Neivo Beraldin, quando ocuparam a tribuna desta Casa. Nós temos uma denúncia gravíssima, feita pelo jornalista Ogir Buck com relação ao Secretário de Estado da Comunicação Social, aonde o jornalista disse e escreveu, na sua coluna, de que o Secretário da Comunicação estava cobrando propina para liberar recursos daquela Secretaria.

O Deputado Neivo Beraldin, que tem prestado um grande trabalho para Assembléia Legislativa, em especial na Presidência da Comissão de Finanças, quero sugerir-lhe para convocar, chamar, convidar ou palavra que bem entender, o Secretário da Indústria e Comércio e, também o jornalista Ogir Buck para esclarecer as denúncias que foram feitas e que, até agora, nada foi explicado.

A resposta da Secretaria da Comunicação Social está nas mãos do Deputado Valdir Rossoni. Diz o Secretário que já entrou na Justiça contra aquela denúncia que foi feita, mas o Deputado Rossoni traz a informação da Justiça de que lá não existe nada! Então, o que falta é explicação para os paranaenses, porque a verdade é uma: neste ano, o Secretário da Comunicação Social está adminis-

trando um orçamento de 120 milhões de reais, dinheiro esse que pode direcionar para o meio de comunicação que bem entender. Se ele quiser mandar para uma rádio do interior, se ele quer colocar em uma televisão, em um programa de uma emissora de televisão, para um jornal, ele tem essa liberdade, Deputado Bradock, de dar para quem quiser e nós precisamos, no mínimo, um esclarecimento.

São 120 milhões de reais que estão nas mãos do Secretário da Comunicação Social. Então, está aqui um chamado.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Concede um aparte, Deputado?

(**Assentimento**)

Deputado Plauto Miró, apenas uma correção: eu presido a Comissão de Fiscalização e Controle e os membros da Comissão qual seja, pode colocar a solicitação da convocação do Secretário e essa Presidência vai colocar em votação. Sendo assim deliberado pela Comissão, qualquer Secretário pode ser convocado. Aliás, nós temos que passar a convocar mais os Secretários para comparecerem às comissões internas desta Casa. E, certamente, temos também que comparecer mais nas audiências públicas que são feitas cada quadrimestre aqui nesta Casa com uma assessoria técnica para ver exatamente onde estão sendo aplicados os recursos.

Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Como membro dessa Comissão vou encaminhar um pedido para que seja convocado ou convidado. Precisamos esclarecer, são 120 milhões de reais que estão à disposição da Secretaria da Comunicação Social!

Vi há um ano, há dois anos atrás, os Deputados que hoje estão na base do Governo, denunciarem, no Governo passado, que ele dava dinheiro para quem bem entendia, para o jornal, para a rádio que bem entendia. Tudo isso ficou claro. Foi divulgado inclusive que Deputados que faziam parte da base aliada do Governo anterior recebiam para os seus meios de comunicação, recursos na comunicação social.

Só que aqueles que criticavam e denunciavam, estão fazendo a mesma coisa, Sr. Presidente! Exatamente a mesma coisa! Estão recebendo os recursos do Governo do Estado para os meios de comunicação que eles indicaram para a Secretaria da Comunicação Social!

Então, lá atrás era uma conversa. Hoje é outra. As coisas acontecem de Governo para Governo. O tempo vai passando e o que nós queremos saber é como estão sendo aplicados esses 120 milhões de reais.

Deputado Rossoni, dava para construir vinte mil casas populares esses 120 milhões de reais.

Então, é justo nós sabermos.

O Sr. Luiz Carlos Martins (PSL)

Deputado Plauto, parabéns. Quando V. Exa, fala que o Secretário Airton Pissetti da Comunicação tem

liberdade para dar verba para quem ele desejar, V. Exa. está falando na mídia política. Esta é a verdadeira mídia política. Onde é que fica a mídia técnica?

Quando nós aprovamos o orçamento do Estado aqui, nós aprovamos, Deputado Barbosa Neto, Deputado Rossoni, a mídia técnica!

V. Exa. fala que com 120 milhões quantas casas populares daria para construir, vinte mil casas, e o Governo prometeu construir duzentas mil e até agora me parecer que 2.800 casas foram construídas até agora, e a promessa era de duzentas mil!

O Deputado Accorsi está aqui do meu lado, ele é médico, sabe do que vou falar. Com esse dinheiro, imagine Deputado, o que daria para fazer pela saúde pública do Paraná que está sucateada! É uma vergonha! O que daria para fazer, remédios, hospital, equipamentos, tratamento humano a essa gente pobre, essa gente que merece respeito!

É preciso ter oposição, sim! Mesmo que ela seja tão pequena quanto a nossa, de seis, sete, oito Deputados. A Oposição ajuda o espírito crítico. Eu acho até, Deputado Plauto, para não me alongar nesse aparte, agradeço antecipadamente, que estão levando números fantasiosos para o Governador! E o Governador é atento! Eu estou preocupado, Governador Requião. Não estão levando ao Governador os números verdadeiros, a realidade.

É um apelo que faço à assessoria do Governador que leve a ele os verdadeiros números, a verdadeira realidade. Parabéns, Deputado Plauto.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados. No passado aqueles que tanto criticaram, estão agora fazendo exatamente a mesma coisa! E é por isso que encaminhamos um requerimento ontem, que foi pedido para ser discutido aqui, prorrogado por mais uma sessão, pedindo esclarecimento para o Secretário da Comunicação Social, quais os meios de comunicação que estão recebendo os recursos da Secretaria da Comunicação Social e também qual a razão social dos meios de comunicação? Quais os programas que estão recebendo esses recursos? Nós precisamos esclarecer!

Agradeço ao Sr. Presidente e a todos os Deputados. Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Liderança da Oposição.

Concedo a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

### ***Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni***

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Certamente darei continuidade ao pronunciamento do Deputado Plauto. Por isso, como não sobrou tempo ao Deputado

Plauto, eu gostaria de conceder um aparte ao Deputado Natálio Stica, se assim ele o desejar.

#### O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

A minha resposta estava endereçada em especial ao Deputado Plauto Miró, para quem tenho uma admiração, principalmente, pela sua voz de radialista e locutor de FM. Mas o Deputado Plauto Miró me causa estranheza, quando fala na preocupação que tem das verbas que o Governo do Estado está encaminhando para a comunicação ou para mídia.

De uma coisa V. Exa. pode ter certeza, há respostas que receberá do Secretário da Comunicação. Lá certamente, estarão sendo todas, mas contemplada a maioria ou a ampla maioria das emissoras de rádios do Estado do Paraná. Este é um Governo que quer democratizar as informações. Ao contrário do Governo que V. Exa., aqui, nesta tribuna defendeu por diversas vezes no passado, o governo que distribuía mal as verbas de comunicação. O Governo que distribuía, principalmente, para Deputados que tinham emissoras de rádios, aqui, nesta Casa. Quando V. Exa., daquela tribuna diz que sabe que Deputados da Base do Governo estão fazendo a distribuição, e eu desafio para trazer nomes, já que sou Deputado da Base do Governo e não estou fazendo distribuição nenhuma!

Portanto, o desafio para que aqui traga nomes, quem são, se é que tem, porque duvido que os tenha. Este Governo, como disse, é um Governo que está democratizando a distribuição das informações do seu Governo. Vamos mostrar que o trabalho que é feito por este Governo vai ser divulgado para toda a população do Paraná. Portanto, acabou aquele tempo em que o Governo fazia a distribuição.

Agradeço a compreensão e o espaço que V. Exa. concede-me.

Volto depois, no Horário da Liderança, para completar o meu raciocínio.

Muito obrigado, Deputado Valdir Rossoni.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Deputado Stica, quando V. Exa. vem fazer a defesa, aqui, do Secretário da Comunicação, tenho profundo respeito por V. Exa., mas V. Exa. deveria exigir o mesmo respeito que o Líder da Oposição tem para com V. Exa., para com o Secretário da Comunicação com a sua pessoa.

Tenho aqui as notas taquigráficas e é importante que sejam lidas, onde V. Exa. assume, em nome do Secretário, o compromisso de que o Secretário viria a esta Casa prestar os esclarecimentos. Ele desrespeitou a palavra do Líder do Governo, de um Deputado, e por esta razão, por mais competência com que V. Exa. faça aqui a defesa do Secretário, não há justificativa. Quero dizer um “Oi, oi” ao Palácio Iguaçu, principalmente para o Secretário Pisseti, que está me vendo. Estou lhe dando um

tchauzinho. Quero dizer ao Secretário Pisseti o seguinte: V. Exa. tem que aprender a não faltar com a verdade! Dizer que processou o Secretário Mussi, até hoje estamos procurando onde está esse processo...

Então, na verdade, um Secretário que desonra a palavra do Líder, um Secretário que é acusado por pedir propina, um Secretário que diz que foi à Justiça por ter sido acusado e falta com a verdade com esta Casa, não merece ser defendido por Parlamentares, nem que sejam eles Parlamentares do Governo. Essa é a verdadeira questão!

A outra questão, tem que ficar claro - quero ocupar o restante do meu tempo para encerrar aqui o meu pronunciamento - é que essa questão de rádio tem que ficar bem claro. Quem tem lista de rádios, que mostre aos paranaenses, porque tem um buchicho nos corredores que fulano de tal, que beltrano, que Rossoni, que não sei quem. Eu quero dizer o seguinte: as minhas listas, por favor, divulguem. Se faltar dinheiro para tirar cópias, peçam-me, porque tenho! Vamos tirar cópia e vamos distribuir! Agora, não venham com ameaças, porque não são ameaças que farão este Parlamentar se calar.

Quero aqui, Srs. Deputados, Deputado Bradock, V. Exa. que tem uma larga experiência na área de segurança e nos conhecemos na adversidade, no bom combate da vida. Venho, no últimos dias, recebendo ameaças por telefones. Não posso afirmar de onde eles vêm, mas me preocupam. Não temo as ameaças, mas venho sendo diariamente, por volta das 17 horas, quando estou saindo do plenário e vou para o meu gabinete - parece que estão me filmando, Deputado Barbosa - e quando chego em meu gabinete, vem ameaça por telefone e o telefone não tem número, é confidencial. Ameaças que estou aqui fazendo uma coisa pública de dizer a essas pessoas que estão me telefonando, que me façam um favor: tornem públicas as ameaças que estão me fazendo, de ordem pessoal. Tornem públicas, porque o dia em que eu tiver medo de ameaças, voltarei para casa e não farei mais política. O dia que eu temer em subir a esta tribuna - com o respeito que devemos ter com o Governador, mas sou um crítico voraz do Governador, mas dentro do respeito - não posso mais ser Deputado, porque aí não farei mais Oposição, farei a prática do medo e essa prática do medo não está escrita no meu currículo. E por essa razão, as pessoas que estão fazendo uso desse artifício, não estão me amedrontando. Quero dizer que estão, cada vez mais, deixando-me com vontade de fazer Oposição.

Não sei se essa pessoa está me assistindo agora na televisão, porque é uma grande coincidência de eu sair do plenário e ir para o meu gabinete. Se estiver assistido o meu pronunciamento e for novamente, porque agora é diariamente, todo dia, faz quinze dias, se quiser fazer ameaças, quero dizer o seguinte: eu desafio - e não existe Deputado santo - mas quero dizer que tenho prezado pelas minhas atitudes na ação política, na ação pública para não precisar ter cuidados com medo.

Por esta razão, faz mais de quinze dias que sofro ameaças, continuo com o mesmo tom de voz, continuarei um Deputado atuante, fiscalizador. Quando faço aqui denúncias, faço para contribuir, não para desmoralizar e quero que os Deputados me ajudem a continuar a ser um Deputado de Oposição, eficaz, competente e determinado. Mas nada, nada neste mundo, vai me desviar deste caminho! Foram os paranaenses que me colocaram na Oposição, não fui eu que pedi mas a ordem do povo do Paraná para mim é irrevogável e não são ameaças que vão fazer com que este Deputado se cale! Não existe no meu dicionário a palavra medo!

Concedo o aparte ao Deputado Nelson Justus.

#### **O Sr. Nelson Justus (PFL)**

Três segundos, apenas para complementar o discurso de V. Exa. porque me vem à memória, neste momento, a passagem e uma frase muito especial do Deputado Anibal Khury que dizia: “Esta Casa realmente só será grande quando os homens de bem tiverem a mesma coragem que os canalhas.”

Muito obrigado.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Eu gostaria de me dirigir ao Líder do Governo: Deputado Dobrandino, recebi aqui as informações da Secretaria dos Transportes.

Fizemos aqui oito questionamentos e vêm as respostas evasivas, vêm de uma forma que não há como compreender a resposta que querem nos dar. Na verdade estão nos embrulhando.

Então, Deputado Dobrandino, gostaria de pedir a V. Exa, nós estaremos devolvendo as informações que nos foram fornecidas pela Secretaria dos Transportes porque não satisfazem, não respondem nosso questionamento. Não sei qual o procedimento que V. Exa. gostaria de dar porque temos tido aqui um perfeito relacionamento e entendimento mais gostaria que V. Exa. compreendesse que esta é uma posição dos Deputados de Oposição que fizeram a leitura da resposta, ficaram indignados, pediram que devolvesse esta resposta e pedisse uma melhor atenção da Secretaria dos Transportes.

#### **O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito a V. Exa. que conclua o seu pronunciamento e vou conceder à Liderança do Governo o mesmo espaço de tempo, ou seja treze minutos, tendo em vista que passou três minutos do tempo colocado pelo Deputado Valdir Rossoni quando do uso do Horário da Liderança da Oposição.

Antes de passar a palavra à Liderança do Governo quero registrar, em nome da Deputada Elza, a presença do Sr. Alvinho Aparecido Filho, Presidente do Conselho Comunitário de Londrina e do Sr. Luiz Carlos Munhoz, que nos visitam hoje.

Obrigado pelas presenças.

Também esta Presidência registra a presença do Vereador Anísio César Lino Silva, do Município de Rosário do Ivaí.

O SR. TADEU VENERI (PT)

Sr. Presidente, para registrar a presença da Vereadora Ana Oliver, de Ponta Grossa, do Partido dos Trabalhadores, que está conosco.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, no Horário da Liderança falará o Vice-Líder, Deputado Jocelito Canto, mas gostaria só de responder ao Deputado Valdir Rossoni. Com todo respeito, ele que nos passe essas informações, nós vamos examiná-las e pedir, se não estiverem corretas, à Secretaria dos Transportes que passe corretamente todas as informações a esta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, agradeço a compreensão e a atitude democrática do Deputado Jocelito Canto.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto, no Horário da Liderança do Governo, por treze minutos.

## ***Liderança do Governo: Deputado Jocelito Canto***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou iniciar pelo pronunciamento do Deputado Rossoni, aparteado com o pensamento do “velho guru”, do nosso querido Nelson Justus, que fala sobre ameaças. E o que são ameaças? Primeiro, que, até quem pode, na seqüência, nos dizer mais sobre ameaças é o nosso companheiro Bradock, que é Delegado de carreira, mas, Deputado Rossoni, toda ameaça, quando verdadeira, o primeiro passo que se deve seguir é de encaminhar a questão primeiro à polícia. A Polícia Civil e Técnica, hoje, têm condições de buscar, seja quem for a pessoa que está a lhe fazer as ameaças. Isto é muito fácil, este é o primeiro passo.

Nós, lá no rádio, Deputado Rossoni, costumamos brincar com essas ameaças. Quando alguém liga para o rádio - olha, você está falando demais, não podia falar - costumamos brincar. Brincar é não dar bola, porque quando alguém é ameaçado ou é brincadeira de mau gosto de alguém ou às vezes as ameaças ocorrem de forma estranha, como se viessem de outro mundo, que ninguém sabe quem é.

Por isso, o primeiro passo de uma ameaça é procurar o Poder Judiciário, a Polícia Civil, dar nomes, levantar quem é que está ameaçado, para não ficar dúvidas. Daqui a pouco vão pensar que é o Governo que está ameaçando, daqui a pouco alguém vai pensar que é um inimigo pessoal, é um adversário, mas o importante é sempre levar

esses casos à Polícia, porque ameaça, ou o caboclo te faz de frente e você o surra ou apanha dele ou você vai ao veículo correto que é exatamente a Polícia, para pedir ajuda.

Mas, queria falar também, Sr. Presidente, estou vendo um espetáculo aqui. Estou animadíssimo - acabei de ver o Deputado Plauto Miró Guimarães falar em verbas de publicidade, em verbas de comunicação social, que o Governo gasta, que o Governo gastou.

Meu Deus do céu! Caiu o telhado aqui da Assembleia, o teto, Sr. Presidente, o Deputado Plauto Miró Guimarães que acabou de fazer um discurso brilhante aqui pela televisão, falou em verba de publicidade, quando no governo anterior, e o Deputado Rossoni pedia nome e aqui vai o nome, o Deputado Plauto foi um dos que mais recebeu verbas. A lista está com o Neivo Beraldin que é Presidente da Comissão de Fiscalização, verbas do BANESTADO que vieram, quando o BANESTADO hoje, alguém fala, não, o Governo está gastando não sei quanto - os paranaenses sabem quanto que você, povo do Paraná, está pagando por aquilo que foi feito no BANESTADO - 50 milhões por mês! Daria para fazer, Deputado Plauto, quantas casinhas, hein? Eram muitas casinhas, não é? Cinqüenta milhões todo mês, tirado do povo do Paraná! Mas tem que pagar a conta, mas quem fez esta conta, com a palavra o Deputado Beraldin, nosso líder, o homem que conhece, que fiscalizou, que fez uma CPI, e aí eu vejo o Deputado Plauto subir pelo segundo dia nesta tribuna e atacar o Governo com verba de publicidade!

Deputado Plauto, V. Exa. pode atacar o Requião que ele é briguento, pode brigar que ele fechou o curso de Medicina em Ponta Grossa, tudo bem, mas não ataque o Governador com verba de publicidade! Tem que dar sim, o Governo tem que divulgar suas obras, o Governo tem que divulgar, sim, não sou contra, não! Os meios de comunicação precisam divulgar as obras e o povo precisa saber. Mas, com coerência. Distribuir verbas...

Agora, Deputado Plauto, sua rádio que pega até na Ponte do Rio Tibagi, não sai dali, recebeu. Quanto? O Deputado Neivo vai dizer depois. Um absurdo! Um jornal de Ponta Grossa recebeu três milhões, quase três milhões em quatro anos de Governo, e a gente quer saber as verbas lá de 94, 98 e ninguém sabe onde estão! Pedi e até hoje não recebi! Quero saber quanto receberam de 94 a 98. Ninguém sabe, nem o atual Governo! Aí, escuto o Deputado Plauto falar em verbas publicitárias...

Tenho medo de ficar aqui no Plenário, apesar de ter um segurozinho pequenininho para as minhas filhas, mas tenho medo. Tenho medo, porque vai cair esse prédio daqui a pouco, porque vejo um Deputado que recebeu grande quantidade de verbas agora querendo dizer que o Governo está dando verbas demais! E foram bastante as verbas recebidas pela rádio do Deputado Plauto, que pega até a Ponte do Rio Tibagi. E recebeu dinheiro que algumas emissoras do Paraná de grande conceito, de grande audiência não receberam!

Não vou me ater à publicidade, porque tem mais coisa para falar.

Vi o Deputado Barbosa, eloquente, grande comunicador, companheiro de rádio e televisão, falar de Governo virtual, falar de ator. Todos nós somos atores na vida, na TV, do rádio, somos atores. Mas o Governo que vou falar agora, aqui, V. Exa. fala de asfalto. Olha, está terminando o asfalto de Reserva a Cândido de Abreu. Se V. Exa. for para o Centro do Paraná vai passar, está pronto o asfalto de Taiacoca a Ponta Grossa! Não precisa dizer que vai fazer: está pronto! Está dando a ordem de serviço agora para fazer Castro a Tibagi, muitos anos de espera. Palmeira a Ponta Grossa, Ventania, região de Telêmaco Borba. Estou falando da minha região! Quinze milhões do Paraná Urbano, que está sendo terminado em Ponta Grossa. Porque o Paraná Urbano, claro que é uma verba financiada, mas só é concedida quando o Governo quer. Eu mesmo sofri quando Prefeito, não consegui as verbas do Paraná Urbano, porque uma vez eu tinha brigado com o Lerner e ele não me deu o que era direito da cidade.

Isso não é brincadeira. Está na CPI do Paranacidade a única pergunta que fiz ao Lubomir: “por que Ponta Grossa não recebeu o Paraná Urbano? Se ele podia repetir o que disse para mim lá na Secretaria”. E ele disse: “Prefeito Jocelito, seu Paraná Urbano está liberado, não tem problema nenhum, tecnicamente perfeito. O senhor só tem um problema: político. Vá resolver no Palácio; se o senhor não resolver, não tem verba!” E eu fiquei sem verba, sem a verba do Paraná Urbano. Agora o Governo do Estado liberou quinze milhões para Ponta Grossa, é uma revolução, asfalto nos bairros, acesso da cidade, ligação entre bairros, quinze milhões. Isso nunca aconteceu na história de Ponta Grossa, receber quinze milhões!

Claro que é dinheiro financiado, mas com a participação do Governo do Estado.

Escutei aqui alguém falar em propina e quero deixar uma questão preocupante. Vejo os Deputados voltarem a falar deste assunto e quem levanta falso testemunho, na gíria popular, ou é fofoqueiro ou está cometendo um crime ou até decoro parlamentar, quando se diz que o Secretário recebeu Comissão porque alguém falou. Onde está a prova disso? Não venham com o que o jornalista escreveu, porque eu conversei pessoalmente com o Secretário Mussi que me disse não ter ouvido nada disso. Estão de papo furado. Digo se é fato ou é boato? Se for fato, é verdadeiro!...

**O Sr. Nelson Justus (PFL)**

V. Exa. concede-me um aparte?

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Se for boato, é coisa de lavadeira! Perdoem-me a franqueza.

Então, temos que cuidar para não acusar pessoas aqui, sem a devida responsabilidade. O Parlamento tem

algo que falamos, que ficamos à vontade, que pode falar, que está tranquilo, imunidade, mas tem que ter responsabilidade por trás da imunidade, porque senão, acusam-se pessoas e depois, as pessoas pagam por aquilo que não deviam.

Eu queria fazer o alerta sobre esse caso envolvendo o Secretário Mussi que disse na minha frente, que nada disso ocorreu e eu vou registrar de novo aqui, porque senão, vou voltar a dizer aqui que quem está falando algo que não é verdade, está propagando a mentira.

**O Sr. Nelson Justus (PFL)**

Deputado Jocelito, concede-me um aparte?

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Não lhe permiti um aparte e estou terminando.

**O Sr. Nelson Justus (PFL)**

Não estou pedindo a permissão de V. Exa.

Estou pedindo a concessão de um aparte. Não confunda.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Não há tempo, Deputado Nelson.

**O Sr. Elio Rusch (PFL)**

V. Exa. concede-me um aparte?

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Vou ceder aparte ao Deputado Neivo.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Seu tempo está concluído, Deputado Jocelito.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB)**

Fui interrompido por duas ou três vezes. Queria terminar.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Não, não! Está concluído o seu pronunciamento.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)**

Fui citado algumas vezes...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Não é possível aparte, por citação, porque no pronunciamento do Deputado Jocelito ele citou, no mínimo, quatro Deputados.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Cito uma Questão de Ordem, de extrema importância, porque o Deputado levanta e tece acusações com uma metralhadora giratória e na hora de nós nos defendermos, não temos essa possibilidade! Eu pediria uma deferência especial para a Presidência, já que se trata de um caso grave de ameaça de morte contra...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

A não ser que V. Exa. se inscreva em Explicações Pessoais.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Increva-me, por favor.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

V. Exa. está inscrito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Inscreva-me também, Sr. Presidente.

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 45 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 014/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a pavimentação asfáltica da estrada que liga o Município de Palmital ao Município de Mato Rico. À **Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Delegado Bradock, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1086, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente, comunicando sua desfiliação do PSL - Partido Social Liberal, a partir do dia 26 de abril de 2005. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1091, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente, solicita sua designação em missão oficial para representar a Assembleia Legislativa do Paraná, nos dias 09, 10 e 11 de maio, quando estará participando das comemorações do 58º aniversário da cidade de Maringá, dos 35 anos de funda-

ção da UEM - Universidade Estadual de Maringá e também participando da XXXIII Expoingá, Feira Agropecuária de Maringá. (Sem ônus para a Assembleia Legislativa do Paraná). **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1077, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 28 de abril (quarta-feira) para logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Requeiro de V. Exa. prioridade de votação ao item 16 e estou encaminhando à Mesa por escrito.

Proponho inversão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Requerimento nº 1110-”A”, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente, solicitando a Inversão da Ordem do Dia da presente Sessão, votando primeiramente o Projeto de Resolução nº 004/2005m, item 16. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão/Votação***

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ***1ª Discussão***

##### **ITEM 17**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que institui o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 002/2005, de 17.02.2005).**

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 009/2004**

#### **P A R E C E R :**

##### **Histórico**

O Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, institui o fundo de preservação do Parque de Vila Velha - FUNPREVIVE.

##### **Fundamentação**

O projeto apresenta óbice de natureza legal.

A criação do fundo é perfeitamente legal e de amplo interesse público, tendo em vista que visa conservar expressivo e significativo patrimônio de nosso Estado: o Parque de Vila Velha.

Todavia, o projeto atribui novas funções ao Secretário de Estado do Turismo, prerrogativa esta exclusiva

do Governador do Estado nos termos do artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual:

“Art. 66 Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública”.

Com efeito, para que o projeto possa tramitar por esta Casa de Leis, necessário fazer-se ajustes no texto legal retirando-se a nova atribuição ao Secretário de Estado do Turismo.

#### **Da Conclusão**

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 009/2004**

Os artigos 3º, 5º e 7º passaram a ter a seguinte redação:

“Art. 3º O FUNPREVIVE será administrado por um Conselho Executivo constituído do seguintes membros:

I - um representante do Município de Ponta Grossa, indicado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

II - um representante do Município de Ponta Grossa, indicado pelo Presidente da Câmara Municipal;

III - um representante do Instituto Ambiental do Paraná - IAP”.

“Art. 5º As finanças do FUNPREVIVE serão constituídas por recursos provenientes de:

I - cobrança de ingressos para visitação do local;

II - doações de pessoas físicas ou jurídicas.”

“Art. 7º A cada final de exercício o Conselho Executivo emitirá balanço contábil das receitas e aplicações e movimentações financeiras dos recursos do FUNPREVIVE, o qual deverá ser aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado”.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 009/2004**

#### **P A R E C E R :**

O presente plano de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, visa instituir o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE, vinculado à Secretaria de Estado do Turismo.

Como podemos observar a Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade,

legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável, apresentando Emenda Modificativa a alguns artigos do projeto em tela.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno, visa adequar a nova situação do Parque de Vila Velha com as suas novas funções turísticas, culturais e de pesquisa, das quais advirão recursos financeiros que devem ser devidamente bem geridos, sendo um fundo a melhor opção.

Desta forma, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação, acompanhando o douto Parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27.04.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

NELSON TURECK - Relator

#### **COMISSÃO DE TURISMO PROJETO DE LEI Nº 009/2004**

#### **P A R E C E R :**

#### **Relatório**

O presente Projeto de Lei nº 009/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto, institui o Fundo de Preservação do Parque Estadual de Vila Velha - FUNPREVIVE.

#### **Fundamentação**

Quanto ao aspecto constitucional e legal da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça posicionou-se favoravelmente, por não encontrar nenhum óbice para sua tramitação.

Chamada esta Comissão a opinar, entende-se que a matéria contida no projeto visa angariar recursos com vistas à manutenção do Parque Estadual de Vila Velha, fazendo com que os turistas tenham um passeio agradável e seguro. De igual modo, a constante preservação evita a ação de vândalos, que depredam o parque, que é um patrimônio da humanidade.

#### **Conclusão**

Sendo assim, somos pelo parecer favorável ao projeto de lei em tela, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.03.2004.

(aa) DOBRANDINO DA SILVA - Presidente

VANDERLEI IENSEN - Relator

#### **2ª Discussão**

#### **ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 004/2005, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades, que aprova o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito das Universidades. **Aprovado.**



**O SR. JOCELI CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Eu só queria registrar - não vou levantar polêmica com o Deputado Bradock, em relação ao relatório da Comissão das Universidades - a minha abstenção. Não vou votar contrário, porque assim estarei colaborando com as irregularidades que foram feitas nas Universidades. Não quero concordar com isso. Pelas irregularidades que houveram na Universidade de Ponta Grossa devem ser penalizadas as pessoas que assim fizeram. Só não concordo com o relatório do Deputado Bradock e Neivo, em função do afastamento do Reitor que, até o presente momento não me parece estar envolvido.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

O relatório já foi votado e eu registro o voto de abstenção dado por V. Exa. neste momento.

**O SR. TADEU VENERI (PT)**

Sr. Presidente, peço para registrar a abstenção dos Deputados Padre Paulo Campos e Tadeu Veneri.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Registro a abstenção dos Deputados Padre Paulo e Tadeu Veneri.

**ITEM 15**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/2005, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso do imóvel de propriedade do Estado do Paraná, ao Município de Santo Inácio. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 114/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 008/2005, que autoriza a transferência de recursos provenientes do superávit financeiro do Departamento de Trânsito do Paraná - DETRAN, para o orçamento próprio do Departamento de Estradas de Rodagem - DER. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ E ADITIVA DA CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1108, de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei nº 114/2005.

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/2005, que autoriza o Poder Executivo a doar à COHAPAR os imóveis localizados no Município de Cascavel conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/2005, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2005, que autoriza o Poder Executivo promover a regularização aos seus ocupantes dos imóveis rurais e urbanos, conforme específica (Desapropriação). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2005, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que autoriza o Poder Executivo a doar lote de terreno à Prefeitura de Itapejara D'Oeste, conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 027/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, que dispõe sobre a estadualização do acesso rodoviário PR-170, também conhecido como Rodovia Florindo Picoli, compreendido entre o trevo do Bairro Bela Vista até a sede do Município de Cambira. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 09**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 040/2005, de autoria dos Deputados Natálio Stica e Hermas Brandão, que dispõe sobre a cassação da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS do estabelecimento que comercializar, na forma específica, combustíveis em desacordo com o órgão regulador competente (combustível adulterado), conforme específica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAIC. COM EMENDA DA CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA AOS**

**PROJETOS DE LEI NºS 040 e 074/2005**

**Relatório**

Os presentes projetos de lei, de autoria dos Deputados Natálio Stica, Hermas Brandão e Elton Carlos Welter, dispõem sobre a cassação da inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS, do estabelecimento que comercializa combustíveis em desacordo com o órgão regular competente.

**Fundamentação**

Após receberem parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, as proposições foram encaminhadas para a Comissão de Finanças, que apresentou, também, parecer favorável aos projetos anexados. Em 2ª Discussão, no plenário desta Casa, os projetos receberam Emenda Substitutiva Geral de autoria dos nobres Deputados Natálio Stica, Hermas Brandão e Elton Carlos Wel-

ter, esses, autores dos projetos e dos Deputados André Vargas e Dobrandino da Silva.

#### **Conclusão**

A Comissão de Constituição e Justiça ao analisar a emenda, apresenta parecer favorável, por não encontrar nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

Sala das Comissões, em 26.04.2005.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente  
BARBOSA NETO - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Nelson Justus, Reni Pereira, José Maria Ferreira, Ailton Araújo, Hermes Fonseca, Delegado Bradock e Luiz Carlos Martins.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1099 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, que requer preferência de votação para a Emenda Substitutiva Geral de Plenário.

Em discussão o requerimento. Em votação. **Aprovado.**

Em votação a Emenda Substitutiva Geral de Plenário. Em discussão. **Aprovada.**

Em votação o projeto. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 08**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 543/2003, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que altera a Lei nº 8.852 de 17 de julho de 1988, que proíbe fumar em recintos fechados e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ À EMENDA Nº 03 E PREJUDICADAS AS EMENDAS Nº 01 E 02 NA FORMA DO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

#### **SUBSTITUTIVO GERAL DO RELATOR NA COMISSÃO DE JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI Nº 543/2003**

Art. 1º Fica proibido nos recintos e edificações abaixo relacionados:

I - hospitais, maternidades, clínicas, consultórios médicos, consultórios odontológicos e laboratórios;

II - cinemas, teatros, auditórios, museus, bibliotecas, salas de aula públicas e particulares, salas de conferências e de convenções;

III - elevadores de prédios públicos, residenciais, comerciais e industriais;

IV - veículos de transporte coletivo intermunicipal e ambulâncias.

Parágrafo Único. Entende-se por recinto coletivo o local fechado, destinado a permanente utilização por várias pessoas. São excluídos deste conceito, os locais abertos ou ar livre, ainda que cercados ou de qualquer forma delimitados em seus contornos.

Art. 2º Nos estabelecimentos acima mencionados poderá ser permitido fumar em área destinada a este fim, adequadamente isolada e com arejamento suficiente.

Parágrafo Único - Entende-se por área adequadamente isolada aquela que no recinto coletivo for destinada aos fumantes, separada da destinada aos não-fumantes, por qualquer meio ou recurso eficiente que não permita a transição da fumaça.

Art. 3º Em todos os estabelecimentos deverão ser colocados cartazes ou avisos com os dizeres "PROIBIDO FUMAR", com menção à presente lei, bem como a utilização do sinal internacional de proibição de fumar nos locais públicos onde for comum a presença de estrangeiros e analfabetos.

Parágrafo Único. Em recinto com área superior a 50m (cinquenta metros quadrados) os cartazes ou avisos a que se refere este artigo deverão repetir-se na proporção de 1 (um) para cada 50m (cinquenta metros quadrados), ou fração excedente.

Art. 4º A efetivação da proibição e a colocação dos cartazes ou avisos mencionados no artigo 3º desta lei deverão ser feitas no prazo de 90 (noventa) dias da sua vigência.

Art. 5º Fica proibida a comercialização de fumo ou tabaco em órgãos públicos e estabelecimentos de ensino da rede pública e privada.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará a presente lei e suas penalidades no prazo de 60 (sessenta dias) contados da data de sua publicação.

Art. 7º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação e fica revogada a Lei nº 8.852, de 27 de julho de 1998.

Sala das Sessões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 543/2003**

**P A R E C E R :**

#### **Relatório**

Retorna a presente proposição a esta Comissão de Constituição e Justiça, em face de três Emendas apresentadas em plenária da Casa. Trata-se de uma proposição de autoria do ilustre Deputado Vanderlei Iensen que propõe a alteração da Lei nº 8.852/88 que proíbe fumar em recintos fechados no âmbito do Estado do Paraná.

Na análise inicial nesta Comissão este Relator propôs, o que foi aprovado pelos demais membros desta, um substitutivo que alterou apenas alguns aspectos de redação, por questão de técnica legislativa, onde, ao invés de

alterar a Lei Estadual nº 8.852/88, substituiu-se integralmente a mesma, revogando-a ao final. Na Comissão de Saúde o substitutivo desta CCJ também recebeu parecer favorável.

Em plenária o ilustre Deputado Dobrandino da Silva apresentou emenda exclusivamente no sentido de excetuar as tabacarias dos recintos proibidos de fumar, com as justificativas óbvias. A segunda emenda de plenária é de autoria do Deputado Natálio Stica que se limita a propor a supressão do inciso V, do artigo 1º, da proposta, ou seja exclui os restaurantes, bares e assemelhados dos locais proibidos de fumar. Justifica-se sua proposta sob o fundamento de que as exigências incluídas na proposição, como utilizar materiais de construção de revestimento e acabamento não inflamável ou auto-extinguíveis, com salas especiais são muito caros para serem arcados por pequenos empresários de acanhados bares e armazéns, mas que empregaram muitas pessoas, embora reconheça o indiscutível alcance da medida no combate ao vício do fumo em nosso Estado.

A última emenda apresentada é da lavra do ilustre Deputado Marcos Isfer e propõe várias mudanças no projeto de lei em exame. Também suprime o inciso V, do artigo 1º, que relaciona os restaurantes, bares e assemelhados nos locais proibidos de fumar, mas introduz o parágrafo único no mesmo artigo, *in verbis*:

“Art. 1º ..... ”

Parágrafo Único. Entende-se por recinto coletivo o local fechado, destinado à permanente utilização por várias pessoas. São excluídos deste conceito, os locais abertos ou ao ar livre ainda que cercados ou de qualquer forma delimitados em seus contornos.”

Bem como altera toda a redação do artigo 2º, incluindo ainda um parágrafo único ao mesmo, com a seguinte redação:

“Art. 2º Nos estabelecimentos acima mencionados poderá ser permitido fumar em área destinada a este fim, adequadamente isolada e com arejamento suficiente.

Parágrafo Único. Entende-se por área adequadamente isolada aquela que no recinto coletivo for destinada aos fumantes, separada da destinada aos não fumantes, por qualquer meio ou recurso eficiente que não permita a transição da fumaça.”

No artigo 3º, exclui ainda, talvez até por erro material, a frase “com menção à presente lei” quando trata dos dizeres que devem constar, segundo a resposta desta lei, nos cartazes ou avisos com o termo “proibido fumar”.

No mais permaneceu a redação do substitutivo, com exceção do fato de restabelecer a proposta original de apenas alterar a lei vigente, com a redação desta lei em dois artigos: o primeiro, que de fato passa a ser a redação da lei revogada; e o segundo, que diz que a lei entrará em vigor nesta data e dispõe revogação genérica de disposição em contrário.

#### **Voto do Relator e sua Fundamentação**

A regulação do fumo em recintos fechados, salvo melhor juízo, é de competência comum da União, dos

Estados e dos Municípios, pois assim dispõe o artigo 23, VI, da Constituição Federal, quando trata de competência de legislar em matéria de proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

Tanto assim que a União editou a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, mas que também introduz uma nova regulamentação incidente sobre a questão do fumo em locais públicos. Também nos mais diversos Municípios brasileiros se legislou sobre a matéria, assim como os Estados-membros. E com acerto. Em se tratando de competência comum, embora existir lei das três esferas, aplica-se a mais específica, ou seja, prevalece, onde existir a lei municipal e a estadual onde não existir lei municipal, enquanto aplica-se a lei federal apenas nos Municípios onde não há nem lei municipal, nem lei estadual.

Assim, a competência desta Casa em regular a matéria é incontroversa.

Achamos por bem aglutinar as três emendas de Plenária, uma vez que são complementares e o recebimento da última, no nosso entendimento, torna as duas primeiras prejudicadas.

Explicamos: a primeira emenda exclui, dos locais proibidos de fumar, apenas as tabacarias, enquanto a segunda exclui os restaurantes, bares e assemelhados, enquanto a terceira, numa interpretação sistemática, também acaba excluindo tanto as tabacarias, como os restaurantes e bares e assemelhados, mas apresenta regulamentação mais abrangente.

Assim, entendemos que a proposta do ilustre Deputado Marcos Isfer, representada pela Emenda nº 3, da Plenária, deve ser acatada, pois, a nosso juízo, melhor normatiza a matéria, porém, como apresenta, salvo melhor entendimento desta Comissão, alguns inconvenientes, como alterar integralmente a lei ora em vigência, mediante um único artigo e depois revogar genericamente as disposições em contrário, além de omitir a referência a esta lei nos cartazes, propomos a apresentação por parte desta relatoria de uma subemenda, onde acata-se a emenda nº 03, com ressalvas para manter a redação do substitutivo anteriormente aprovado nesta Comissão, gerando assim um novo substitutivo geral, na forma da redação em anexo, ou seja, mantêm-se a revogação integral da Lei nº 8.852, de 27 de julho de 1988, com a edição desta nova lei, aproveitando-se todas as demais redações de emenda do Deputado Marcos Isfer.

#### **Conclusão**

Sendo assim, somos de parecer favorável à Emenda nº 03, com as ressalvas mencionadas na subemenda deste relator, gerando um novo Substitutivo Geral, restando prejudicadas as Emendas nº 1 e 2, vez que absorvidas com a recepção da Emenda nº 3.

Sala das Comissões, em 05.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ELTON CARLOS WELTER - Relator

**Apoiamento:**

Duílio Genari, Ailton Araújo, Ademar Traiano, Delegado Bradock, José Domingos Scarpellini e Barbosa Neto.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1098, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que requer preferência de votação para o Substitutivo Geral da CCJ às Emendas de Plenário.

Em votação o requerimento.

**Aprovado.**

Em votação a emenda Substitutiva Geral da CCJ.

**Aprovada.**

Ficam prejudicadas as demais emendas, tendo em vista a aprovação do substitutivo.

Em votação o projeto.

**Aprovado, artigo por artigo.****ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 450/2004, de autoria do Deputado Elio Rusch, que integra a malha rodoviária do Estado, o trecho rodoviário que especifica, no Município de Marechal Cândido Rondon. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**Redação Final****ITEM 06**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 107/2005, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, que declara de Utilidade Pública o Grupo Pão da Vida, com sede e foro em Ubitatã. **Aprovado. (Publ. no DA nº 012/2005, de 15/03/2005)**

**ITEM 05**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 050/2005, de autoria do Deputado Natálio Stica, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS nas operações interestaduais com mercadorias destinadas a empresas de construção civil. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/2005, de 23/02/2005)**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 050/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica reintroduzido do artigo 14, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, o parágrafo 3º, com a seguinte redação:

“§ 3º Na saída interestadual de mercadoria para a empresa de construção civil inscrita no cadastro de con-

tribuintes do ICMS da unidade federada de destino aplica-se a alíquota interestadual.”

Art. 2º Ficam convalidados os procedimentos adotados pelas empresas paranaenses que tenham aplicado as alíquotas interestaduais previstas na legislação do ICMS, nas suas operações interestaduais com mercadorias destinadas a empresas de construção civil, no período compreendido entre 22 de agosto de 1989, data de vigência do Convênio ICMS 71/89, e 28 de abril de 2003, data de vigência do Convênio ICMS 36/2003, firmados pelo Conselho de Política fazendária - CONFAZ.

Art. 3º Fica atribuído ao Secretário de Estado da Fazenda a competência para determinar, a requerimento do interessado, o cancelamento de quaisquer créditos tributários (inscritos ou não em dívida ativa), que estejam exigindo o ICMS com base na aplicação de alíquota vigente para as operações internas das mercadorias, decorrentes das operações referidas no artigo anterior.

Art. 4º A aplicação desta lei não autoriza a restituição de importâncias já recolhidas.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.04.2005.

(a) CESAR SELEME

Presidente e Relator

Requerimento de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 02, 03 e 04 da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

**Discussão Única****ITEM 01**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 003/2005, veto aposto ao Projeto de Lei nº 295/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que denomina “Governador Leonel Brizola” rodovia que liga o Município de Pato Branco ao Município de Dois Vizinhos. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO CTL/CC Nº 223/2004

Curitiba, 22 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Acusando o recebimento do Ofício nº 313/2004, dessa Presidência, comunico a V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 295/2004, tendo

em vista que o trecho rodoviário nele referido (PR-493, ex-PR-469) já tem denominação dada pela Lei nº 7747, de 13 de outubro de 1983.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 295/2004 encontra-se publicado no DA nº 069/2004, de 11/08/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 03/2005

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 295/2004, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, objeto de veto do Governador, visa denominar “Governador Leonel Brizola” a rodovia que liga os Municípios de Pato Branco e Dois Vizinhos.

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal e regimental, portanto, de acordo com a legalidade e constitucionalidade.

Sendo assim, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição-veto ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

**ITEM 02**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 004/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 410/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que denomina Olívio Zanella, a rodovia federal BR-373, no trecho compreendido entre o Município de Cândói/PR e o trecho de acesso à Cidade de Coronel Vivida / PR. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO Nº CTL/CC Nº 232/2004

Curitiba, 22 de dezembro de 2004.

Senhor Presidente:

Através deste, venho a presença de V. Exa., a fim de acusar o recebimento do Ofício nº 306/2004, dessa Presidência, e de comunicá-lo que, em conformidade com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 410/2004, por considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a impossibilidade de lei estadual atribuir denominação a trecho de rodovia federal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 410/2004 encontra-se publicado no DA nº 102/2004, de 16/11/2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 04/2005

**P A R E C E R :**

**Do Veto**

O Chefe do Poder Executivo, em conformidade com o disposto no artigo 87, VII e artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual, decidiu VETAR o Projeto de Lei nº 410/2004, de autoria do Deputado Ademar Traiano e que denomina Olívio Zanella a rodovia federal BR-373, no trecho compreendido entre o Município de Cândói e trevo de acesso à Cidade de Coronel Vivida.

Em sua fundamentação o Executivo argumentou “considerá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista a impossibilidade de lei estadual atribuir denominação a trecho de rodovia federal”.

**Do voto**

O projeto de lei se encontra em condições de ser submetido ao Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

**ITEM 03**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 028/2005, veto apostado ao Projeto de Lei nº 403/2004, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar o trecho de rodovia municipal em Lupionópolis. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/CC Nº 025/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 305/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no parágrafo do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 403/2004, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida, caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

**(O Projeto de Lei nº 403/2004 encontra-se publicado no DA nº 099/2004, de 09/11/2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 028/2005

**P A R E C E R :**

O Executivo, usando das prerrogativas da Constituição Estadual, vetou o Projeto de Lei nº 403/2004, que autorizava estadualizar trecho da rodovia municipal em Lupionópolis.

As exigências do artigo 71 da Constituição Estadual foram respeitadas, estando o veto em condições de ser apreciado.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 19.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

#### ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 033/2005, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 455/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a estadualização do Colégio Agrícola Oeste do Paraná - ensino médio e profissional no Município de Palotina e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/CC nº 030/2005

Curitiba, 23 de fevereiro de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 344/2004, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 455/2004, por julgar a parte inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a estadualizar o Colégio Agrícola Oeste do Paraná - Ensino Médio e Profissional, com sede na Linha Cinco Mil, no Município de Palotina, tendo veto parcial aposto incidido sobre o artigo 2º.

A negativa de sanção ao referido dispositivo decorre da inconstitucionalidade do mesmo, eis que, atribuindo ao Estado o encargo de assumir débitos do referido Colégio junto ao INSS, assim como aqueles que decorrem de rescisões contratuais de servidores, sem a correspondente previsão orçamentária, afronta os artigos

133 e seguintes da Carta Estadual e desobedece a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

**(O Projeto de Lei nº 455/2004 encontra-se publicado no DA nº 114/2004, de 30.11.2004)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO Nº 033/2005

**P A R E C E R :**

O Projeto de Lei nº 455/2004 de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a estadualização do Colégio Agrícola Oeste do Paraná - Ensino Médio e Profissional, no Município de Palotina, foi objeto de veto parcial, aposto incidindo sobre o artigo 2º do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto aposto dentro do prazo legal e regimental somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 17.04.2005.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**Em votação.**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Gostaria de pedir aos Deputados que compõem a Base de Sustentação que votem sim, pela manutenção do veto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Solicito ao 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Ratinho Júnior)**  
**(Procede à Chamada Nominal)**

O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Apenas para justificar as ausências da Deputada Luciana Rafagnin e do Deputado Elton Welter, que estão em Brasília; do Deputado Pedro Ivo, que está num encontro de educação infantil em Pernambuco e do Deputado Hermes da Fonseca que está num encontro sobre o MERCOSUL.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Devidamente registrado.

Trinta e quatro Deputados votaram.

Peço aos Deputados Plauto Miró, Tadeu Veneri e Elio Lino Rusch, por gentileza, para nos ajudarem a fazer a contagem dos votos.

**(Procede-se o escrutínio dos votos)**

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Queria, apenas, deixar registrado que hoje esta Casa votou o projeto de autoria minha e do Deputado Hermas Brandão com o apoio de diversos outros Deputados no seu substitutivo geral que é o projeto que visa, aqui no Estado do Paraná, e espero que seja referência para todo o Brasil, Sr. Presidente, para que possamos definitivamente acabar com a adulteração de combustíveis nos postos de distribuição.

O nosso projeto acaba cortando a inscrição do ICMS para os postos de combustível que forem pegos adulterando o produto revendido.

Já foram feitas várias tentativas por vários Deputados e sabemos que até hoje nenhuma conseguiu o seu intento. A última dela numa tentativa ainda, não me recorde de qual Deputado, apresentando até um lacre eletrônico que deveria ser colocado nas bombas dos postos de combustíveis. Antes, porém da instalação dos lacres, já estavam vendendo a chave do lacre, Sr. Presidente, tamanha é a quadrilha que age aqui no Estado do Paraná e em todo o Brasil.

Nós, do Paraná, agora com esse projeto aprovado e com o apoio de muitos Deputados e com o voto da unanimidade dos Deputados da Assembléia, vamos dar o exemplo. O posto de gasolina que for pego com combustível adulterado terá a sua inscrição do ICMS cassada, portanto perderá o alvará e será fechado o posto de combustível.

Espero que sirva para todo o Brasil essa orientação que o Estado do Paraná dá e que vamos definitivamente moralizar este setor. E aproveito para agradecer aos Srs. Deputados que votaram em redação final o projeto de nossa autoria que visa também fazer uma correção, fazer a justiça para os empresários sérios do nosso Estado, porque o Paraná ficou sozinho cobrando 18% de alíquota, enquanto o Brasil todo passou a cobrar 12% para os produtos principalmente da área da construção civil e esses empresários, para não quererem trazer produto de outros Estados, garantindo a indústria do Paraná, acabaram sendo penalizados duas vezes. Alguns com ações na Justiça que com certeza ganharão, porque o Paraná já reviu essa posição com decreto governamental.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Gostaria de deixar consignado na Casa que este projeto dos companheiros Natálio Stica e Hermas Brandão vem realmente num momento de fundamental

importância que o Brasil não suporta mais, os Estados brasileiros não suportam mais conviver com essa picaretagem, com a máfia que se constituiu no Brasil, em relação à adulteração do combustível, essa forma diria até imoral, da comercialização enganosa. Não podemos generalizar, evidentemente, mas estamos aqui falando dos maus empresários, da questão do combustível e do nosso Estado que se constitui numa verdadeira quadrilha de adulteração dos combustíveis em todo o País.

Portanto, queria deixar consignado aqui na Casa os nossos respeitos e consideração a um projeto dessa natureza, porque finalmente poderemos, o Estado tem instrumentos rigorosos de fiscalização contra essa máfia que se estabeleceu em nosso País.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Vamos ao resultado da votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO **(Ratinho Júnior)**

Sr. Presidente 35 Srs. Deputados votaram.

Pela manutenção do veto, dezesseis votos; pelas rejeição ao veto, dezessete votos; e, um voto em branco.

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Estão mantidos os vetos.

## **Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1056, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, Valdir Rossoni, Ademar Traiano e José Domingos Scarpellini, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

Verificação de votação, a pedido do Deputado Dobrandino da Silva, do requerimento da Bancada de Oposição.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, seria possível a leitura do requerimento?

O SR. PRESIDENTE **(Augustinho Zucchi)**

Sim.

“Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ter ouvido o douto Plenário, que o Sr. Secretário de Estado da Justiça, Dr. Aldo Parzianello, informe qual o objetivo da comunicação nº 688/2002, feita ao DEPEN, encaminhando a respectiva cópia”. E devidamente apoiado o requerimento.

Está em votação o requerimento.

Os Deputados favoráveis queiram levantar-se.

Solicito ao 1º Secretário que proceda à contagem.

Os Deputados contrário, queiram manifestar-se.

Vinte e quatro votaram contra o requerimento. Sete, a favor.

Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente.

Eu queria uma explicação, porque é a primeira vez que vejo nesta Casa, desde a posse do Governador Roberto Requião, que a Bancada do Governo rejeita o pedido de informações, um requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Cabe à Liderança do Governo se quiser dar explicação ou não, agora, inclusive.

Requerimento nº 1063, de autoria dos Deputados Ademar Traiano, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Passo esta Presidência, aqui, ao eminente Deputado Hermas Brandão, nosso Presidente, já que eu, na condição de 2º Vice-Presidente o estava substituindo.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, queremos incluir nesse mesmo requerimento, a ampliação dos oito anos do Governo passado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente.

Falando da importância que tem esse requerimento, quero dizer que tudo o que o Governo anterior fez, eles estão fazendo exatamente a mesma coisa! Nós queremos a informação para saber quais os meios de comunicação.

Esse pedido do senhor, aqui, entrego-lhe em mãos, porque isso é público - tenho no meu gabinete -, os oito anos, quais os meios de comunicação que receberam com o seu devido valor.

É isso o que queremos saber da Secretaria da Comunicação: o que eles vão fazer com 120 milhões de reais que vão gastar em publicidade este ano? Há minutos atrás, sofri crítica.

Aquelas pessoas que aqui me criticaram, quero dizer que elas estão fazendo exatamente a mesma coisa, Sr. Presidente, recebendo para os seus meios de comunicação recursos do Governo do Estado do Paraná, para poder fazer, legalmente, a divulgação do Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os Deputados que aprovam, permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1074 e 1100, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1075 e 1076, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1079, 1080 e 1081, de autoria do Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1085, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1088 e 1089, de autoria do Deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1090, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1092, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1093 e 1094, de autoria do Deputado Cesar Seleme, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1095, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** **(A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 1101 e 1102, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1104, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1105, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1106 e 1107, de autoria da Deputada Elza Correia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1110, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1078, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, constante do expediente, solicitando autorização para representar a Assembléia Legislativa, na audiência com o Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, em Brasília. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, já passou, mas o requerimento solicita a autorização para representar a Assembléia?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

O Deputado Elton Welter requer autorização para representar a Assembléia Legislativa na audiência com o Ministro dos Transportes e Secretário dos Transportes do Estado do Paraná.



Na realidade, ele foi acompanhando o Secretário Waldyr Pugliesi a Brasília hoje.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, agradeço o esclarecimento!

E só para uma informação deste Deputado, é regimental?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Era só essa informação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

### ***Ordem do Dia da Próxima Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 008, 012 e 014/2005.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 052 e 109/2005.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 019/2004 e 012/2005.

Informo ainda aos Srs. Parlamentares que depois dessa Sessão, teremos ainda uma Sessão Solene, por solicitação do Deputado Bradock, que será presidida pela Deputada Cida Borghetti.

Levanta-se a Sessão.

### ***Transcrição:***

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEIVO BERALDIN EM SESSÃO DO DIA 27 DE ABRIL DE 2005.

#### **O Apagão de Eficiência**

Marcio Aith

A evolução satisfatória da economia brasileira do último ano tem camuflado uma doença letárgica que resiste a governos e, como já ocorreu antes, pode abater o Brasil em plena decolagem. O motivo é a incompetência gerencial do Estado, mal que multiplica a dívida pública,

estimula fraudes e torna ineficiente a maioria dos programas nas três esferas do poder público. O alerta é de Jorge Gerdau Johannpeter, o mais global dos empresários brasileiros. Desde que assumiu o cargo, em 1983, ele construiu sua própria ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), enquanto a verdadeira não sai do papel. Do Brasil e Uruguai, onde o grupo já tinha siderúrgicas, a produção se expandiu para outros cinco países das Américas (Estados Unidos, Canadá, Chile, Colômbia e Argentina). O grupo tem hoje dezesseis fábricas no exterior e dez no Brasil. Essa forte presença internacional dá ao empresário de 68 anos um posto de observação privilegiado das condições de fazer negócios no continente americano. Seu diagnóstico: "Produzir no Brasil é uma guerrilha". Ele falou à VEJA na sede do grupo, em Porto Alegre.

**VEJA** - *Qual é o melhor país da América para fazer negócios?*

**Gerdau** - O Chile, sem sobra de dúvida. Da mesma forma que os brasileiros, os trabalhadores chilenos abraçam a causa da empresa. Isso não ocorre na América do Norte. Além disso, o Chile também possui todas as vantagens de países como os Estados Unidos e o Canadá: um sistema tributário justo e lógico, juros baixos e pouca burocracia. Isso o Brasil não tem. Fazer negócios aqui é uma guerrilha. Convivemos com toda sorte de distorções. Leis em excesso, custo alto do dinheiro e muitos impostos, cobrados de forma errada.

**VEJA** - *Qual é a distorção do sistema tributário brasileiro que mais o preocupa?*

**Gerdau** - Muito se fala da carga dos impostos. É fato que ela já passou do limite da realidade econômica. Mas pouca importância tem sido dada à estrutura de cobrança. O sistema tributário brasileiro é medieval. Se você investe cem milhões de reais para construir uma fábrica, é obrigado a recolher trinta milhões em impostos, antes mesmo de começar a produzir. Se esse investimento fosse feito em outro lugar, teria custo tributário zero antes de iniciar a operação. Os trinta milhões, ou seja esses 30% de impostos, poderiam ser aplicados no que interessa: no aumento da produção, na geração de mais empregos. Esse modelo é semelhante ao de alvarás nos países medievais, onde o nobre, para dar a autorização para o comerciante trabalhar, exigia o pagamento antecipado. Essa cultura foi enterrada no mundo moderno, mas ainda está incrustada na burocracia brasileira. Ainda não conseguimos romper esse traço cultural.

**VELA** - *Qual é a diferença da carga tributária que incide sobre as empresas do grupo Gerdau dentro e fora do Brasil?*

**Gerdau** - Aqui, os impostos consomem 54% do valor que adicionamos ao preço do produto. Fora do Brasil, esse percentual é só de 14%. Em suma, é muito difícil competir produzindo por aqui. Some-se a isso o custo do

dinheiro. Querendo ou não, sempre pagamos um resíduo de risco Brasil, mesmo nas operações financeiras feitas no exterior. Ainda que tenhamos receitas consideráveis em dólar e uma rentabilidade satisfatória, continuamos sendo, de alguma maneira, a Gerdau Brasil. Isso pesa. No Chile, o risco está abaixo de cem pontos. No Brasil, supera os quatrocentos.

**VEJA** - *O risco Brasil não está alto demais? O país não seria melhor do que o índice faz crer?*

**Gerdau** - O índice está correto, assim como a percepção que os estrangeiros têm do Brasil. Ainda enfrentamos problemas graves, e é vital reconhecê-los. Os brasileiros incorporaram ao comportamento cotidiano várias formas de tolerância. Cada uma delas é pequena em si, mas a soma delas gera insegurança patrimonial e jurídica. Essa tolerância existe na forma de violação ao direito de propriedade, entraves à recuperação de créditos, resistência ao pagamento de impostos ou mesmo no simples ato de desrespeitar a faixa de pedestres ou jogar lixo pela janela do carro. Todo mundo quer ser esperto, mas, no fim, todos os espertos pagam a conta, na forma de juros mais altos e desconfiança. Outros países já passaram por esse ciclo. Os Estados Unidos, no início do século passado, com muita corrupção em meio à Lei Seca. O que mostra que o Brasil continua muito atrasado.

**VEJA** - *Há saída a curto prazo?*

**Gerdau** - Nada que possa ser resolvido num passe de mágica, mas os benefícios vêm aos poucos quando o país se esforça para obtê-los. Estou convicto de que existe saída. O Chile não é melhor que nós: se os chilenos conseguiram, temos de conseguir. Não admito que uma nação como o Chile ofereça um risco menor que o nosso. Tenho negócio lá, convivo com a população chilena e acompanho a vida do país. Talvez nosso problema esteja nesse radicalismo comportamental, nessa permissividade que permeia todas as esferas de nossas relações, sejam pessoais ou não.

**VEJA** - *Mas o país fez reformas. Aprovou a Lei de Falências e a reforma do Judiciário. Isso não conta?*

**Gerdau** - O país acordou para esse problema, mas está vinte ou trinta anos atrasados. Outros países conseguiram avançar mais rápidos nas reformas previdenciárias e tributária, que são vitais. Somos lentos por causa de nossa diversidade política e regional. Só que o mundo está correndo, e nós estamos andando. Estamos perdendo momentos preciosos. Quando olho para esse cenário, sinto angústia. A realidade é que o Brasil deveria acelerar esse processo. Nosso esforço tem sido insuficiente.

**VEJA** - *Sob o ponto de vista estritamente econômico, e não comportamental, quais fatores explicam juros tão altos para as pessoas físicas e as empresas?*

**Gerdau** - Em primeiro lugar, o risco de calote é grande. Do pequeno ao grande calote. Depois, a neces-

sidade de financiamento do Estado suga todos os recursos disponíveis para o crédito. Com sua dívida enorme o governo compete com as empresas e as pessoas físicas na obtenção de recursos dos bancos. Além disso, existe uma tributação sobre os empréstimos que é única no planeta. Em nenhum lugar do mundo se arrecadam tantos impostos sobre a intermediação financeira. Essa tributação, quando existe, tem de ser a mais baixa possível para estimular os empréstimos. No Brasil ocorre o inverso.

**VEJA** - *Como resolver o problema da dívida pública?*

**Gerdau** - O Governo gasta tanto e tão mal que a arrecadação de impostos é insuficiente para pagar as despesas, as dívidas e ainda investir. Se lembrarmos que, todo mês, o governo precisa financiar o equivalente a 3% do PIB brasileiro para pagar suas contas, teremos uma carga tributária real de 40%, e não de 37%, como se divulga normalmente. É necessário mais competência e eficiência gerencial para reduzir os gastos públicos para 30% do PIB. Assim, poderíamos usar os outros 10% para investimentos. Teríamos pleno emprego e crescimento. Só há prosperidade quando existe poupança pública junto com a poupança privada. A pública tem sido nula ou até negativa nos últimos vinte anos.

**VEJA** - *A poupança privada não dá conta do recado?*

**Gerdau** - A poupança privada brasileira, que retrata os investimentos feitos pelas empresas, está em torno de 20% do PIB. Na China, a soma das duas poupanças está acima de 40%. As pessoas se perguntam por que a China cresce. É evidente: poupança. O Brasil já teve períodos com poupanças elevadas, em que também havia pleno emprego. É claro que os investimentos, quando forem feitos, têm de ser sérios, produtivos. Essa é a peça-chave para promover uma reversão estrutural.

**VEJA** - *Qual é o caminho mais curto para reduzir os gastos do governo?*

**Gerdau** - Só há uma saída: melhorar a gestão, ter mais eficiência. Sei que é um assunto chato, ninguém gosta de falar dele, mas tenho de insistir. Não existe segredo. Só não é simples reduzir os gastos do governo por questões políticas. Sob o ponto de vista de gestão, seria fácil cortar despesas em até 50% sem prejudicar os pobres ou piorar a qualidade dos serviços públicos. A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, adepta da qualidade total, atende 4.000 pessoas por dia e tem um custo para o Estado de 95 milhões de reais. Outro hospital público em Porto Alegre que oferece um atendimento de pior qualidade, que pertence ao Governo Federal e atende 4.400 pessoas por dia, custa 495 milhões de reais aos cofres públicos.

**VEJA** - *Onde está o segredo?*

**Gerdau** - O segredo está na tecnologia de gestão. O setor público brasileiro, com raras exceções, vive um apagão de eficiência. Ninguém se concentra em reduzir as perdas e pôr fim a ineficiências. Mas isso é o que mais importa. Estamos encantados com os recentes avanços da economia, mas nos esquecemos de colocar a casa em ordem. O Brasil precisa de gestão.

**VEJA** - *Como o exemplo de um hospital municipal pode ser válido para um governo que gasta bilhões de reais?*

**Gerdau** - Essa tecnologia tem sido utilizada no mundo todo. Não só pelas maiores companhias japonesas e americanas, como a Toyota e a General Electric, mas também pelo terceiro setor. Até os aeroportos dos EUA passaram a usar técnicas de gestão em qualidade total depois do 11 de setembro. Veja o caso de sucesso do governo de Minas Gerais. Com uma gestão eficiente, o governador Aécio Neves zerou o déficit, pagou o décimo terceiro salário e agora tem recursos para investir. Não há onde isso não funcione.

**VEJA** - *O Presidente Lula é um bom gestor?*

**Gerdau** - Ele tem liderança e intuição diferenciadas, é um homem extremamente perspicaz. Mas, da mesma forma que seu antecessor, não conhece o conceito de tecnologia de gestão. É normal que não conheça, mas espera-se que se cerque de pessoas capazes. Infelizmente, tecnologia de gestão não está na cultura governamental brasileira. Existe um pequeno núcleo trabalhando com isso em Brasília, mas de forma periférica. Para funcionar, esse processo tem de ser adotado pelo líder principal de uma instituição. No caso do governo, o presidente.

**VEJA** - *Tamanho do governo federal brasileiro não torna a missão mais complicada do que melhorar a gestão de um hospital?*

**Gerdau** - Só torna esse desafio mais urgente. Havendo pobreza no Brasil e muito pouco dinheiro para investir, é um absurdo que não se faça uma revolução na gestão dos gastos públicos. O país precisa ter essa visão estratégica. É necessário incutir nas pessoas e no governo o elemento de austeridade. Não há segredo: uma boa gestão é aquela obcecada em rever os procedimentos, eliminar as perdas e ganhar eficiência. Não interessa o tamanho do problema.

**VEJA** - *Recentemente, o governo anunciou um choque de gestão na Previdência, para evitar perdas e fraudes. É um começo?*

**Gerdau** - Sim, foi uma ótima iniciativa. Tenho certeza de que os ganhos serão enormes. Torço para que a medida seja adotada em outros setores. Os portos, por exemplo, teriam condições de produzir muito mais, mas suas gestões, mesmo em terminais privados, ainda são condicionadas a fatores políticos. Os programas sociais

também teriam enorme ganho de eficiência com a melhoria de gestão.

**VEJA** - *Quais são os ministros mais eficientes do governo Lula?*

**Gerdau** - Os da área econômica: Antonio Palocci e Luiz Fernando Furlan. O Zé Dirceu também é muito hábil altamente competente. Só que carrega o ônus de ter de gerenciar uma dualidade comportamental do partido. De um lado o PT apóia a gestão econômica do governo, De outro, a combate.

**VEJA** - *Pode-se creditar ao atual governo o mérito das boas notícias econômicas, como o aumento das exportações e crescimento?*

**Gerdau** - O Brasil foi beneficiado por uma expansão sem precedentes da economia mundial. O mundo vive um ciclo raro de crescimento. As três macrorregiões - EUA, Europa e Ásia - estão crescendo simultaneamente. Não me lembro de isso ocorrer antes. O Brasil entrou nesse embalo, o que explica o crescimento de 5% do PIB em 2004. Mas isso não seria possível sem a adoção de ações firmes de combate à inflação. A confiabilidade da política econômica encorajou os investimentos empresariais.

**VEJA** - *As siderúrgicas estão fazendo fusões em todo o mundo. Não seria natural uma fusão entre Gerdau, CSN e Usiminas?*

**Gerdau** - Setores como os de cimento, petroquímico ou de alumínio já concluíram o processo de consolidação. Na siderurgia, a consolidação vem ocorrendo gradativamente e ainda tem um bom caminho para percorrer. O problema é que, no Brasil, as companhias se fundem quando uma delas apresenta fragilidades. Só que essas três empresas que você citou estão muito bem de saúde. Portanto, são compradoras, e não vendedoras. Por essa razão, o processo de consolidação é relativamente difícil de acontecer por aqui.

**VEJA** - *Quando o senhor assumiu a presidência da Gerdau, em 1983, a empresa faturava 456 milhões de dólares. Em 2004, esse número ficou em 8,8 bilhões de dólares. O senhor pensa em vender a companhia?*

**Gerdau** - Tenho tanta convicção do que faço que simplesmente não considero essa hipótese. Estamos interessados em aquisições, não em vender. Além disso, um estudo da Universidade Harvard provou que as empresas com controle familiar têm rentabilidade 15% superior às de mercado. Por que nossos funcionários e parceiros gostam da Gerdau? Porque nossos valores são os mesmos que eles defendem para seus filhos. Essa combinação é imbatível.

**VEJA** - *O grupo Gerdau começou com seu bisavô, em 1901, e permaneceu no comando da família até hoje. Como anda o processo de sucessão?*

**Gerdau** - Caminha de uma forma totalmente profissional. Ainda não está definido se a futura liderança dos negócios será exercida por um integrante da família ou não. Isso significa que o processo é aberto, ou seja, segue critérios absolutamente profissionais,

buscando a sustentabilidade do negócio a longo prazo, independentemente de laços familiares. Como dizia meu pai, quem desejar os postos de maior significação, que apresente as suas credenciais de trabalho, capacidade e dedicação.

